

MAURA CRISTINA MELO ARAUJO

**PANOROMA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS EM ASSENTAMENTOS DE
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
EM RONDONIA**

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS/USP.**

**SÃO PAULO
2002**

MAURA CRISTINA MELO ARAUJO

PANOROMA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS EM ASSENTAMENTOS DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA EM RONDONIA

Dissertação de Mestrado sob orientação do
Prof. Dr. **José William Vesentini**, apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Geografia
Humana, Departamento de Geografia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas/USP.

SÃO PAULO
2002

EXI

...As coisas dos homens são feitas pelos homens. O dinheiro e a tecnologia, nada fazem sem os homens que trabalham: e os homens só fazem bem as coisas quando estão adequadamente organizados para isso.

Clodomir Santos de Moraes

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu força e firmeza para que apesar de todas as dificuldades eu pudesse chegar até o final.

A minha família em especial minha mãe Ercila Melo e a meu filho Diego cujo amor sempre me fortaleceu a vida.

A todos os meus amigos que direta ou indiretamente colaboraram comigo neste trabalho.

Ao Prof. Dr. José William Vesentini, pela oportunidade que me deu de desenvolver este trabalho.

PALAVRAS CHAVES:

Colonização, Organização, Produtor, Comercialização, Políticas.

ABSTRACT

This dissertation intends to show a cronologic and synchronic analyse about several questions of colonization process of Rondonia State in Brazil. Many aspects are presented, especially, one to refer to social mobilization from association present in the rural areas of Rondonia.

The most important object of the research is the knowledge about formall organizations from small peasants, because it is so important to understand when these organizations begon to do, how many agent workers and another people participated of its composition and what reasons lead these institutions to do.

This work concerns especifically to Associação dos Produtores Alternativos –APA (Alternative Producer Association) in Ouro Preto do Oeste Rondonia-Brazil.

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACARAM- Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua
AI – Área Indígena
APA- Associação dos produtores Alternativos
AR- Assentamento Rápido
CD-PLANAFLORO- Conselho Deliberativo do Planafloro
CENTREINAR- Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
CEPAMI- Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes
CNP – Comissão Normativa de Programa
COMAI- Comitê de Avaliação Independente
COMARON -
CONTAG- Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPT- Comissão Pastoral da Terra
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
DTR-CUT – Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAGRO – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAE – Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia
MCC – Movimento Camponês Corumbiara
MST – Movimento dos Sem –Terra
PA- Projeto de Assentamento
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido
PAIC – Programa de Apóio as Iniciativas Comunitárias
PDA – Projetos Demonstrativo da Amazônia
PIC –Projeto Integrado de Colonização
PIN – Programa de Integração Nacional
POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
PLANAFLORO – Plano agropecuário e Florestal de Rondônia
PROCERA –
SAS- Secretaria de Ação Social
PRONAF- Programa Nacional de Agricultura Familiar
SEDAM – Secretaria do estado de Desenvolvimento Ambiental
SEPLAN – Secretaria do Estado de Planejamento
SUFRAMA – Superintendência da Zona franca de Manaus
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ZEE – Zoneamento Econômico- Ecológico
ZSEEE – Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	
RESUMO	
PALAVRA CHAVE	
ABSTRACT	
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIACÕES	10
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO OFICIAL EM RONDÔNIA	
• Mapa 01 – Divisão Política do Estado de Rondônia	25
• Panorama Atual dos Projetos de Colonização Oficial de Rondônia	26
• Quadro de Distribuição de Imóveis rurais em Rondônia de acordo com o tamanho de áreas por hectares	27
• Quadro Institucional concedido pelo Incra para instalação das famílias nos PA's em RO, no período de 1995/2001	37
• Produção agropecuária em Rondônia	38
• Produção de leite	40
	42
CAPÍTULO II – MOVIMENTOS SOCIAIS ENVOLVIDOS COM AS QUESTÕES AGRÁRIAS EM RONDÔNIA	46
CAPÍTULO III – POLÍTICAS E QUESTÕES AGRÁRIAS EM RONDÔNIA	
• A primeira aproximação do Zoneamento econômico-Ecológico de Rondônia	49
• Segunda Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia	51
• Mapa 02 – Zoneamento Sócio-Econômico, Ecológico de Rondônia	56
• Políticas Públicas e Zoneamento em Rondônia	57
CAPÍTULO IV – SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EM RONDÔNIA	59
• Associação dos Produtores Alternativos – APA	67
• Aspectos Demográficos	68
• Trajetória	70
• Serviços de Assistência Técnica	71
	74
CONCLUSÃO	
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXOS	79

INTRODUÇÃO

Dentre as demais ciências sociais que buscam a compreensão dos diferentes processos de evolução social da humanidade, a geografia talvez seja um dos instrumentos mais complexos e completos de análise desses processos, já que a mesma se propõe a investigar objetos distintos e intrinsecamente relacionados que são o espaço terrestre constituído por todos os elementos naturais que formam os mais diferentes ecossistemas e de como o homem atua neste espaço, transformando-o de acordo com suas necessidades e seus interesses.

De acordo com a visão de inúmeros intelectuais dos mais diferentes ramos das ciências humanas a questão agrária e questão fundiária se apresentam como se fosse um processo similar. Essa identificação se deve ao fato da importância de que a propriedade territorial historicamente exerceu e ainda exerce nos aspectos sócio-econômico, político e cultural brasileiro. Dentre vários acontecimentos significativos relacionados à questão agrária está a promulgação da “Lei das Terras” em 1850 cujo teor fez com que o Estado brasileiro privatizasse terras de domínio público favorecendo a elite em detrimento da classe trabalhadora. Segundo Arbex Jr.(2000:57)

“ A Lei da Terra produziu uma importante mudança na equação estabelecida entre oferta de terras e valor da mão de obra: a terra, que era muito barata (cedida de graça pelo Estado) quando o trabalho era escravo, passou a ser cara (tendo o preço regido pelas leis de mercado) quando o trabalho passou a ser livre. Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra virou escrava.”

Com relação à importância do pensamento geográfico brasileiro e sua contribuição nas discussões voltadas para as questões agrárias e na necessidade de

questionar e compreender o processo de formação e desenvolvimento do modo capitalista de produção do Brasil, Oliveira (1997:10) faz a seguinte análise:

“É fundamental também lembrar que o final da década de 60 foi rico em crises, quer no nível nacional quer no nível internacional. E como produto dessa crise a que ninguém ficou imune, procurou-se avançar em direção a uma posição mais crítica na geografia agrária brasileira frente à questão agrária. Uns preferiram o “milagre brasileiro” e tiraram proveito, idolatrando-o ou procurando o caminho de uma ciência neutra, quantitativa, pragmática e engajada. Nós outros preferimos ajustar contas com nossas consciências. Preferimos colocar as coisas no lugar. Preferimos o caminho da identificação de nossa produção com os interesses da maioria da população trabalhadora do país. E é esse quadro que tem se imposto a nós geógrafos desse país. Uns engajam-se no sistema, procurando desenvolver trabalhos que visem à sua “identificação científica”, outros colocam-se de outro lado, inevitavelmente contra o estado de coisas vigentes. Este posicionamento de luta contra a dominação em todos os níveis, coloca-nos a necessidade de compreender o desenvolvimento do modo capitalista de produção na formação social capitalista do Brasil”

Apesar de ter ocorrido um processo de desenvolvimento relativo nas últimas décadas do século XX, a região Norte, considerando o seu potencial de recursos naturais, ainda apresenta um grau de incipiência na formação da riqueza nacional destacando-se apenas pelo fato de ter sido transformada em um pólo atrativo para migrantes de inúmeras partes do País, além de ser uma espécie de “laboratório” onde governo e empresas privadas testam os mais confusos e diferentes projetos de interesse político e econômico que em muito pouco contribuem para o desenvolvimento sustentável desta região.

Desde o início do processo de colonização oficial, há 03 décadas no Estado de Rondônia, até os dias atuais ocorreram os mais variados processos de transformação do

seus interesses em determinado momento histórico, mostrando que este processo implica em transformação contínua.

Assim o estudo do espaço supõe a análise da sociedade e da natureza, não isoladas, mas como parte integrante de uma totalidade a qual se organiza e relaciona configurando-se em diferentes feições (paisagens), de acordo com os diferentes tipos de sociedade em um determinado território”.

Na fase inicial e intermediária do processo de transformação do espaço físico e social, os esforços do governo federal e estadual estiveram voltados para as questões fundiárias na tentativa de atenuar os impactos causados ao meio ambiente e os conflitos pela posse da terra entre colonos, madeireiros, posseiros, fazendeiros e índios.

Desta forma, além de ter que providenciar o mínimo de estrutura necessária aos projetos de colonização recém criados e a outros que foram surgindo ao longo dos anos, os colonos por sua parte, oriundos de outras regiões com características físicas (solo, clima, vegetação, etc) completamente diferentes da região amazônica, tiveram que passar por um longo e difícil processo de adaptação às condições locais. Com relação a esta dura realidade Monteiro(1990:27) tece a seguinte análise:

“A decisão de um rígido modelo de ocupação em quadriláteros, baseado na pequena propriedade familiar, partiu de uma premissa simplista e falsa de dar oportunidades iguais para todos os migrantes. A simples equação de um lote igual para cada família, distribuído muitas vezes por sorteio, sentou as bases da desigualdade. Famílias com pequenas diferenças de recursos, possuindo por exemplo, uma simples moto-serra iniciaram o processo de diferenciação social. Outras que pela composição da mão-de-obra familiar, maior em número de filhos homens em idade produtiva, na fase duríssima de ocupação dos lotes, também iniciaram com melhores condições de sucesso. Todavia, a elementar diferença de fertilidade natural, de acesso ‘a água ou de distância da rodovia principal, condenaram, desde o início o igualitarismo da simetria dos lotes a plantar as raízes da diferenciação. Aqui, como em outros lugares do Brasil e da América

Latina, a entrega dos lotes em parcelas individuais, transformou-os em mercadoria privada e logo migrantes com capital iniciaram a compra, agora seletiva, das melhores terras, agregando lotes e dando início a concentração fundiária.”

Apesar de ser um processo extremamente dinâmico e ainda em fase de construção é possível obter com mais clareza a compreensão das transformações ocorridas ao longo da trajetória do processo de colonização oficial em Rondônia, tanto no espaço físico como nas relações sociais que foram e ainda estão sendo construídas de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais dos mais diferentes atores sociais envolvidos na (re)construção do espaço local. Marx, (1961:202)

“ Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ele contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas aos objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização”

O objetivo principal deste trabalho, tendo em vista a complexidade que envolve as questões ambientais econômicas e sociais oriundas das características que marcaram o processo de colonização oficial em Rondônia, foi o de investigar sob quais circunstâncias surgiram e de que forma esta se desenvolvendo o processo de organização social nas áreas de colonização e reforma agrária do Estado, qual o nível de estruturação, poder de articulação e importância das organizações sociais locais, tendo como foco principal as associações formais de pequenos produtores rurais que representam os interesses políticos econômicos e sociais das famílias assentadas, buscando assim entender o contexto econômico, político e social a nível local e regional que serve de “pano de

fundo” para o processo de organização social dos pequenos produtores rurais nos projetos de colonização e assentamentos de reforma agrária em Rondônia.

A decisão de trabalhar apenas com as associações de pequenos produtores rurais, excluindo as cooperativas e outras formas de organização deu-se em função de ser este o tipo de associativismo o que predomina nos assentamentos, talvez pelo fato deste tipo de organização possuir forma de gestão menos complexa de que as cooperativas, em razão de serem constituídas geralmente por um número mais reduzidos de pessoas, e em muitos casos, parentes, vizinhos que moram que moram em glebas ou linhas próximas o que de certa forma estimula o produtor a participar de um processo que, na maioria das vezes, foge de seu cotidiano mas que por outro lado e por força das circunstâncias este se vê obrigado a participar.

Como o tema em questão está estritamente relacionado ao processo de colonização oficial em Rondônia, iniciado a partir da década de 70 como parte da política de ocupação da Amazônia, a qual atraiu para as áreas de fronteira – o caso de Rondônia, milhares de migrantes das mais diversas áreas do País, optou-se por fazer, no primeiro capítulo, uma análise das principais características da fase inicial, auge e declínio do processo de migração ocorrido. Foram abordados, também, neste capítulo aspectos importantes da situação atual dos projetos de colonização e reforma agrária em Rondônia tais como infra-estrutura básica (estradas, saúde, educação, etc) além de questões relacionadas à estrutura fundiária dos assentamentos.

No segundo capítulo é enfatizada a atuação dos movimentos sociais que participam de forma indireta nas questões relacionadas os assentamentos de reforma agrária em Rondônia através do acompanhamento, discussões e propostas na busca de melhorias das políticas públicas voltadas para as questões agrícolas e fundiárias locais.

Já no terceiro capítulo, foram trabalhados alguns aspectos relacionados a políticas públicas em Rondônia onde foram discutidas até que ponto Programas como Polonoroeste e mais especificamente o Planaflores (que traz em seu bojo o zoneamento-agro-ecológico de Rondônia) interferiram nas mudanças ocorridas no espaço físico e nas relações sociais construídas no período pós- colonização ou ocupação em Rondônia.

É para finalizar, no quarto capítulo, as informações e análises realizadas voltam-se de forma específica para o objeto principal desta pesquisa que é o estudo do surgimento e trajetória das organizações formais de pequenos produtores rurais buscando-

se entender a partir de quando ocorreu este processo, o perfil dos atores sociais que compõem as organizações formais, quais os objetivos e como estas atuam na busca de benefícios sociais junto ao governo e nas relações de compra e venda de seus produtos.

Os procedimentos metodológicos utilizados nas diferentes fases do trabalho consistiram-se basicamente na análise de trabalhos científicos, relatórios técnicos e documentos históricos existentes sobre o processo de colonização oficial em Rondônia.

Neste sentido, foi possível coletar vasta quantidade de informações tendo como referencial o tempo histórico da fase inicial da implantação dos primeiros projetos de colonização no início da década de 70 até os dias atuais. Resgatando-se os principais aspectos relacionados a política de ocupação da Amazônia, processo migratório, conflitos fundiários, degradação ambiental etc. Dentro desse processo, procurou-se dar atenção especial ao processo de evolução e de transformações ocorridas ao longo dos anos, buscando focalizar qual situação atual dos assentamentos relacionados a infraestrutura, atividades econômicas e sociais.

Com relação ao processo de formação e evolução das formas de organizações sociais locais que atuam nas áreas de colonização e reforma agrária, não foi um processo fácil encontrar literaturas que abordem de forma mais detalhada estas questões, tendo em vista que este processo passou a ocorrer e ganhar proporções significativas há mais ou menos uma década apenas. Sendo que, o foco central dos trabalhos realizados por diversos pesquisadores está voltado para a fase inicial da colonização oficial no Estado.

Conforme o objetivo da pesquisa que é o de analisar o processo de formação, evolução e forma de atuação das associações formais de pequenos produtores rurais em Rondônia para o desenvolvimento dos trabalhos de campo na fase inicial foram feitas visitas a vários projetos de assentamento de diferentes áreas em Rondônia para manter contatos de maneira informal com os produtores de forma a observar preliminarmente alguns aspectos ligados as características físicas do Assentamento (linhas de acesso, processo produtivo, aspectos sociais saúde, educação, etc). E principalmente observar como estes atuam junto as suas associações.

Entre os fatores que dificultam os trabalhos de campo estão a extensão e a localização geográfica dos assentamentos, o que muitas vezes, torna difícil o acesso às associações que em muitos casos, se localizam-se em linhas distantes e de difícil acesso

não havendo transporte coletivo (ônibus) para estas áreas, e dependendo da época do ano em decorrência das chuvas intensas as estradas não oferecem a menor condição de tráfego. Alias um meio de transporte que está se tornando bastante comum entre os assentados são as motocicletas. Um outro fator comum é a dificuldade de encontrar os produtores rurais em dias normais de trabalho ou seja quando não estão programadas reuniões nas associações as quais acontecem no máximo uma vez em cada mês. Geralmente as propriedades são localizadas distantes uma das outras o que dificulta a visita aos produtores de forma individualizada. Para contornar estas situações foram mantidos contatos com as equipes de assistência do Projeto LUMIAR que atuaram em cerca de 40 projetos de assentamento e reforma agrária no período de 1997 a 2000, no sentido de acompanhá-los em suas visitas as associações para assistir as reuniões e poder coletar os relatos, observar as questões colocadas nas discussões além de buscar compreender como se deu a origem da associação, qual a importância desta para o seu associado, suas atividades e trajetória de vida de seus integrantes. No sentido de tornar mais sistematizado o processo de investigação foram feitas entrevistas semi-estruturadas com diferentes atores sociais como: simples produtores, técnicos agrícolas, presidentes de associações, lideranças locais, mulheres e jovens, que de uma forma ou outra fazem parte do processo de organização social nos assentamentos.

Na proposta inicial da pesquisa houve a intenção de escolher a Associação dos Produtores Alternativos –APA para um estudo comparativo entre esta e as associações que predominam nos projetos de assentamento na tentativa identificar os fatores que levaram a APA a crescer e superar em relação as demais os problemas ligados principalmente ao processo de comercialização. A APA está localizada no Município de Ouro Preto, apesar de suas atividades se estenderem a áreas rurais de municípios vizinhos, sua sede está localizada próxima a área urbana do Município o que facilitou em parte o contato com seus associados.

O interesse em pesquisar a APA, entre outros, está relacionado com a forma pelo qual esta foi criada, seus objetivos, participação de seus associados. A APA nasceu de um sonho de um pequeno grupo de produtores rurais que visavam não apenas o crescimento econômico mas, sobretudo, garantir a auto-sustentação através de produtos cultivados que garantisse uma alimentação sadia e diversificada, objetivo este, que difere totalmente dos da maioria das associações existentes em áreas rurais de Rondônia que

foram criadas de “cima para baixo” com o mínimo de participação de seus associados. De acordo com Gil (:1991:121)

“A delimitação de um estudo de caso não constitui tarefa simples. Primeiro porque é difícil traçar os limites de um objeto. A totalidade de um objeto, quer físico, biológico ou social, é uma construção intelectual. Não existem limites concretos na definição de qualquer processo ou objeto”)

Desta forma buscou-se avaliar o processo de gestão, infraestrutura, participação e desenvolvimento que ocorre em uma associação criada de forma mais genuína, através do esforço e interesse de seus associados de outras que foram criadas a “toque de caixa” através da ingerência direta de técnicos do governo preocupados em fornecer a essas associações condições legais para acesso a programas e financiamentos facilitados somente através da existência de associações legalizada.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO OFICIAL EM RONDÔNIA

Dentre as muitas teorias infundadas sobre a Amazônia a mais inconsistente transparece ser de que esta é uma terra sem história ou que esta história passou a existir após a vinda dos primeiros europeus a esta região. Até hoje ainda é possível perceber nos documentários apresentados nas redes de televisão, a exemplo do Globo Repórter, que a atenção se volta quase sempre para as riquezas naturais (florestas, rios e animais) que compõem o exuberante cenário da Amazônia. Os aspectos históricos, sociais e culturais da população nativa são omitidos ou relegados a segundo plano.

A colonização oficial em Rondônia está integrada a um conjunto de políticas de ocupação bem mais amplo, idealizado e implementado pelo governo militar a partir do meado da década de 60. Segundo a análise de Amaral (1999:37) “as bases estratégicas do Programa de Integração Nacional –PIN podem ser observadas no discurso do então Presidente Médici através dos seguintes pressupostos: a) deslocar as fronteiras econômicas através da atividade agrícola até o Rio Amazonas; b) integrar a estratégia de ocupação da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, procurando assim alternativas de desenvolvimento para ambas as regiões; c) remanejar mão- de obra do Nordeste para a Amazônia, evitando o seu deslocamento no sentido das grandes áreas urbanas do Centro Sul; e criar as condições para a incorporação da Amazônia à economia de mercado, envolvendo amplas faixas de população anteriormente dissolvidas na economia de subsistência, condenadas a estagnação tecnológica”. Pode-se sintetizar esses objetivos ao interesse do Estado em garantir a hegemonia do território nacional através de ações estratégicas voltadas para as áreas de fronteiras internacionais; e preparar o terreno

para a instalação de atividades econômicas mais atraentes aos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais, ampliando no mais curto espaço de tempo as relações capitalistas na Amazônia.

De acordo com a política de ocupação estabelecida para a Amazônia o então Território de Rondônia passa a ser alvo de programas intensivos de colonização por parte do Governo Federal os quais provocam profundas alterações na estrutura econômica, política e social, alterando de forma brusca o equilíbrio espacial e temporal característicos das populações locais.

Os primeiros projetos oficiais de colonização em Rondônia tiveram início na década de 1970, em sua maioria obedecendo a objetivos estratégicos foram implantados ao longo da BR 364 sentido Porto Velho - Cuiabá.

A construção e pavimentação da Br 364 ligando Porto Velho a Cuiabá, intensificando o relacionamento econômico com outras regiões do País e as transformações econômicas e sociais ocorridas principalmente nas regiões Sul e Sudeste contribuíram decisivamente para intensificar o processo de ocupação e exploração econômica em Rondônia.

Segundo Becker (1990), Rondônia é um dos mais expressivos exemplos de transformações econômicas e sociais oriundas de programas planejados e executados pelo governo para a ocupação de áreas estratégicas não apenas com relação aos aspectos geopolíticos mas sobretudo para a expansão do capital porém este processo foge ao seu controle adquirindo proporções e rumos não planejados pelo Estado.

“A dinâmica do povoamento foi tal que aí se desenrola um dos mais significativos processos de transformação econômica, social e política do Brasil contemporâneo. Trata-se de um processo geopolítico, que se identifica com a produção de uma nova região, conduzido a princípio por uma estratégia estatal, mas realizado por milhares de migrantes, cuja iniciativa influiu na ação do Estado e é hoje dominante”

Na década de 1950, segundo dados do NURE/SEPLAN, a população do então Território Federal de Rondônia era de 36.935 habitantes ao final desta década este

número chega a faixa de 70.000, nesta fase muitos migrantes vieram de comunidades da própria Amazônia, outros vieram do Nordeste. Em 1984 este número passa para 888.430 como consequência do imenso contingente de migrantes que vieram atraídos pelas propagandas do governo federal e estadual sobre as facilidades para se conseguir terras devolutas para trabalhar. Nesta nova fase grande parte dos migrantes constituídos por pequenos agricultores, trabalhadores rurais e comerciantes eram dos Estados de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso. Sobre esta diversidade que chegavam diariamente em Rondônia Lessa (1991: 49) faz as seguintes observações:

“Quem chegava num projeto do Incra, na região de Machadinho, se não olhasse as árvores que ainda fumegavam podia pensar que estava no Sul do Brasil. As casas, algumas, eram construídas de madeira, como na serra gaúcha. Eram muitos os bepes (apelido dos descendentes de italianos) e ktoffen (apelidos dos descendentes de alemães).

Algumas famílias que foram buscar a sorte em Rondônia são o próprio retrato da imigração. Não são poucos os que são netos de alemães ou italianos, filhos de gaúchos, nasceram no Paraná, têm filhos no Mato Grosso e netos em Rondônia. A árvore genealógica deles é a própria rota da busca pela terra”

Os primeiros projetos a serem implantados através do INCRA em Rondônia foram os Projetos Integrados de Colonização- PIC's surgidos no início da década de 1970. Estes projetos foram formados por lote de 100 ha com o governo assumindo a responsabilidade de criar serviços de infra-estrutura básica como estradas, postos de saúde, escolas e assistência técnica aos colonos assentados, tendo em vista o interesse de que estes projetos fossem tidos como modelo para novos processos de colonização a serem implementados, conforme nos coloca novamente Lessa (1991:49)

“Na rota da BR-364 cidades cresceram e o governo criou colônias agrárias com objetivo de assentar pequenos agricultores. O próprio contrato obrigava o agricultor a

desmatar 20% da floresta nos dois primeiros anos, para conseguir a posse definitiva da terra. O resultado em uma década, entre 80 e 90, foi uma devastação sem precedentes: em torno de 20% das florestas do estado foram carbonizadas...A estrada Cuiabá- Porto Velho seguiu o exemplo das outras estradas da Amazônia. Vista do alto, pelas fotos de satélites, parece a espinha central do peixe. Delas saem as espinhas secundárias e das secundárias outras menores, cada qual engrossando mais ainda a área desmatada.”

Com o aumento intensivo do fluxo migratório e em curto espaço de tempo para a dinâmica de Rondônia foram criados através do INCRA mais três projetos denominados de Projetos de Assentamento Dirigido – PAD's, que tinham como características a licitação de grandes áreas e capacidade técnica e financeira dos parceiros que recebiam lotes maiores de 250 há. Por disporem de maior infra-estrutura técnica e financeira, o INCRA limitou-se a fazer apenas abertura de estradas ao mesmo tempo em que foram criadas condições para que estes obtivessem créditos agrícolas com maior facilidade.

Entretanto, o fluxo migratório até o final de 1970 continuou ocorrendo de forma bastante intensa deixando o Governo sem condições de controlar o processo de ocupação do solo, além de não dispor de recursos para suprir com infra-estrutura adequada os projetos de assentamento já em andamento.

A partir de 1976, o Governo decide alterar a política de ocupação que passa a favorecer grandes proprietários de terra, o que contradiz o processo inicial de ocupação o qual tinha como objetivo a colonização através de projetos de assentamentos em lugares e tamanhos pré estabelecidos. Para diminuir as pressões causadas pelo aumento excessivo do número de migrantes são criados pelo INCRA os projetos fundiários que são constituídos pelos PIC's, PAD's e áreas de reservas invadidas por posseiros. Esta nova tentativa do Governo de manter o controle da situação e contornar as tensões sociais crescentes a cada dia consistiu-se em realizar a discriminação de áreas devolutas de propriedades particulares e promover a regularização de posse da terra permitindo ao ocupante o acesso a linhas de créditos existentes. Nesta nova fase o governo apenas efetivava a regularização da terra

sem promover nenhum tipo de política agrícola às famílias assentadas. Em conjunto com as atividades de discriminação e regularização de terras os projetos fundiários passaram a realizar a seleção e assentamento das famílias de migrantes em áreas denominadas de “Assentamento Rápido” cabendo ao governo estadual (Rondônia passa a categoria de estado em 1982) e prefeituras a responsabilidade de realizarem parceria com o INCRA as obras de infraestruturas desses novos assentamentos.

As novas medidas adotadas pelo Governo Federal na tentativa de promover a infraestrutura necessária aos projetos de colonização foram feitas através do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil criado em 1981. Santos (1998:58) faz a seguinte análise sobre os objetivos do POLONOROESTE:

“ A expectativa do POLONOROESTE era corrigir a degradação sócio-ambiental criada nos anos 70. Esperava-se melhor integração da região aos centros já modernizados do Sul com a pavimentação da BR 364, a partir de Cuiabá até Porto velho (1.450 km), cujas obras estavam paralisadas desde 1976 devido aos choques econômicos provocados pelo preço do petróleo. Em dezembro de 1980 o Banco Mundial decide financiar a pavimentação da rodovia juntamente com a construção de uma malha de vicinais, além de uma estratégia de proteção ambiental e de preservação das comunidades indígenas e extrativistas, os “povos da floresta”. Com essa garantia de preocupação ecológica e de melhor fluxo econômico, apostava-se numa efetiva absorção dos contingentes marginalizados, com o aumento da produção e da renda regional. Por fim, buscava-se promover a preservação do sistema ecológico e a proteção às comunidades florestais. Visando esses objetivos, o Banco Mundial destina para o período entre 1980 a 1985, um montante de aproximadamente um bilhão e cem milhões de dólares”

A população a ser beneficiada com os programas do POLONOROESTE seria a de pequenos produtores rurais de municípios rondonienses. Entre os programas estabelecidos estava a criação dos “NUARE’s – Núcleos Urbanos de Apóio Rural” que deveriam ser criados para fornecer estrutura básica (escolas, postos de saúde, igrejas, armazéns além de lotes urbanos aos produtores dos projetos de colonização. Entretanto a maioria dos NUARE’s não conseguiram atender aos objetivos previstos devido a divergências político administrativas que interferiram na localização e no fortalecimento da infra-estrutura dos mesmos, conforme nos coloca Amaral(1999:45):

“Os Núcleos Urbanos de Apóio Rural – NUAR já surgiram como uma grande “favela” no meio da floresta nos projetos de colonização, lugar onde as pessoas ficam aguardando serviço e terra para trabalhar. Os diversos núcleos urbanos que não evoluíram à condição de cidade mantêm-se como núcleos de excluídos, lugar de pobreza, lugar dos expropriados da terra.”

Os lotes urbanos que deveriam ser ocupados por colonos ficaram em poder de especuladores, comerciantes e de trabalhadores rurais a espera de lotes rurais. Alguns desses NUARE’s transformaram-se em pequenas vilas sem, contudo, atingir o desenvolvimento esperado.

Com relação ao POLONOROESTE devido a fatores institucionais, políticos e técnicos, apesar dos objetivos propostos e da cifra astronômica gasta, não conseguiu em hipótese alguma promover o desenvolvimento econômico e social de Rondônia.

Mapa 01 – Divisão Política do Estado de Rondônia

Panorama Atual dos Projetos de Colonização Oficial em Rondônia

Segundo dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária de Rondônia – INCRA, incluindo todos os projetos criados, desde 1970, quando foi iniciado o processo oficial de colonização, existem atualmente 120 projetos de colonização e reforma agrária os quais atingem uma área de 5.025.148 ha tendo sido assentadas o total de 73.189 famílias em todo Estado, estando cadastradas no INCRA 1.573 famílias das quais 1.400 deverão ser assentadas até o final deste ano, havendo cerca de 1.000 famílias cadastradas a espera da criação de novos projetos.

Segundo informações obtidas no INCRA existem cerca de 90.000 propriedades rurais em Rondônia. Dessas propriedades, 80.000 são constituídas por imóveis com módulo médio abaixo de 100ha, demonstrando a predominância da agricultura familiar, apesar das dificuldades de estrutura fundiária e um processo de reconcentração fundiária que a cada dia se fortalece na maioria dos assentamentos locais. Além da falta de uma política agrícola mais consistente que possa suprir a carência de assistência técnica, crédito agrícola e demais instrumentos necessários para consolidar econômica e socialmente as famílias de pequenos produtores rurais rondonienses.

De acordo com Monteiro (1990) *"No caso da fronteira Oeste brasileira, especialmente Rondônia, um espaço que é destinado para reprodução da pequena produção, a crise da mesma segue a tendência universal. Neste caso, a questão do desenvolvimento rural está intimamente vinculada com as alternativas de solução do problema camponês."*

De acordo com dados obtidos através da FETAGRO, na região Amazônica os agricultores familiares representam a significativa soma de 85,4 % das propriedades rurais existentes, ocupando 37,5% da área e produzindo 58,3% do VBP regional.

O papel da agricultura familiar se destaca através da renda total por ha. Sendo comprovado através de estudos realizados por órgãos ligados a questão agrícola que as propriedades familiares produzem em média R\$ 104,00/ha/ano contra apenas R\$ 44,00/ha/ano dos agricultores patronais.

Segundo Veiga(1998) (...) *"a agricultura familiar é tão e mais sustentável (estabilidade, resiliência e equidade) que é impossível imaginar que a sociedade brasileira*

não venha a se dar conta do preço que está pagando por ter acreditado no mito da maior eficiência alocativa nem de longe compensa sua absurda ineficiência distributiva. Contudo, para que isso ocorra vai ser preciso superar a crença dominante entre as elites brasileiras de que a desigualdade não dificulta o crescimento econômico, podendo até ajudá-lo. Essa é uma idéia que no debate internacional só pode ser considerada anacrônica, e mesmo extravagante, mas que continua muito forte aqui.”

Outro fator de extrema importância da agricultura familiar no contexto econômico e social está relacionado à geração de postos de trabalho no meio rural brasileiro. A agricultura familiar, apesar da discrepância do tamanho da área que ocupa no cenário da agricultura brasileira, cerca de 30%, gera 76,9% das oportunidades de trabalho.

Entre os inúmeros problemas que afetam o desenvolvimento da agricultura familiar esta relacionado a baixa oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural, beneficiando em torno de 16,7% dos agricultores familiares. Enquanto que os agricultores patronais contam com um percentual bem mais elevado, cerca de 43%.

Com relação a questão fundiária, Rondônia apresenta um quadro que difere bastante de outros estados da Amazônia brasileira. Isto se deve ao fato da forma de ocupação dirigida ocorrida a partir da década de setenta que deu origem aos projetos de assentamentos rurais que predominam na estrutura agrária rondoniense, como se pode ver abaixo:

**Quadro de distribuição de imóveis rurais em Rondônia, de acordo
com o tamanho da área por hectares:**

Propriedades	Nº/propriedades	Nº de propriedades. Acumuladas	Simples	Acumuladas
Até 5 há	19.208	19.208	22,36	22,36
6 a 10 há	4.012	23.220	4,67	27,03
11 a 20 há	7.461	30.681	8,68	35,71
21 a 50 há	25.138	55.819	29,26	64,98

51 a 100 há	17.068	72.887	19,87	84,84
101 a 200 há	7.309	80.196	8,51	93,35
201 a 50 há	1.140	81.336	1,33	94,68
251 a 500 há	1.910	83.246	2,22	96,9
+ de 500 há	2.661	85.907	3,1	100
Total	85,907		100	

Fonte:SEAPES/IDARON/2001

De acordo com levantamentos feitos junto ao INCRA, todos os projetos de colonização e reforma agrária em Rondônia foram criados por este órgão, porém a partir de 1982 as obras de infra-estrutura básica dos assentamentos (estradas vicinais, postos de saúde e escolas) são feitas em parceria com o governo estadual.

Grande parte da área agrícola existente em Rondônia é composta por pequenas propriedades rurais que foram criadas a partir do processo de colonização oficial, o que caracteriza que os projetos de colonização e de reforma agrária não estão inseridos dentro de um contexto agrícola preexistente. De acordo com Dal Maso (1990) “ Em Rondônia, a colonização se confunde com o próprio processo de ocupação, desenvolvimento e formação da identidade do Estado.”

Com relação aos programas oficiais voltados para a área rural, os mesmos são planejados e realizados sem levar em consideração as peculiaridades de cada área , não procuram atender as necessidades específicas de cada assentamento. Talvez seja este um dos fatores que dificultam detectar de forma mais específica os resultados (especialmente os positivos) das ações que são realizadas tanto a nível governamental quanto não governamental, nessas áreas.

Outro fator preponderante, é a inviabilidade de se traçar as mesmas metas para assentamentos antigos e recentes, entretanto isto ocorre com grande frequência. Os assentamentos criados há cerca de 20 anos, trazem consigo falhas e vícios da política fundiária ocorrida no auge da imigração, quando o mais importante era assentar as famílias sob quaisquer condições e onde fosse possível, sem se importarem com as conseqüências futuras. Estes assentamentos antigos possuem problemas que nunca foram resolvidos, desde quando foram implantados, acumulando-se, assim, a outros que foram surgindo ao longo do tempo.

Um dos problemas mencionados a que se refere o parágrafo é a concentração fundiária que, segundo as informações da Divisão de Assentamento do INCRA, atinge um alto percentual na faixa de 40% segundo dados de nos projetos de colonização em todo Estado. Atualmente é difícil encontrar nos assentamentos mais antigos, proprietários que tenham adquirido seus lotes através do INCRA. Devido ao alto grau de rotatividade de compra e venda de lote nas áreas de assentamentos, geralmente estes são adquiridos das mãos do terceiro proprietário em diante. Em muitos casos, quando o assentado vende ou abandona seu lote os motivos estão sempre relacionados a dívidas contraídas através de financiamentos desastrosos, por sua propriedade está localizada em áreas de difícil acesso, o que impede o escoamento do pouco que produz, pela alta incidência de malária, por falta de recursos financeiros. Estes são os principais fatores que expulsam os pequenos produtores para lugares cada vez mais distantes e mais precários. Pressionados por fazendeiros, madeireiros e comerciantes que desejam expandir suas fazendas em áreas de melhor acesso, os assentados terminam por vender seus lotes e com os recursos conseguidos compram novas terras, recomeçando todo o processo. O que ocorreu e ainda ocorre é um processo de seleção “espontâneo” no qual aspectos ligados a qualidade da terra, tradição em lidar com a agricultura, nível econômico, social e cultural das famílias assentadas contribuem grandemente para o fracasso ou sucesso por elas alcançado.

Com relação ao perfil dos pequenos produtores rurais que vieram para Rondônia, estes são classificados não apenas entre os de mais baixo poder aquisitivo em todo o Brasil, como também de baixo nível de escolaridade que ostenta um índice de 48% de analfabetismo, conforme o censo agropecuário de 1980. Com relação a experiências em atividades agrícolas, na fase inicial são voltadas para as lavouras típicas de suas regiões.

Em um estudo realizado pelo CETREMI/Vilhena, relativo ao 2º trimestre de 1978, que apenas 3,2% dos chefes de família concluíram o primeiro grau (ginásio) e 15,3% a 4ª série primária. A maioria abrange 30%,2% de analfabetos e 37,1% que freqüentaram apenas as primeiras séries do curso primário. No que se refere as esposas o panorama é mais sombrio: 45,7% delas são analfabetas e 28,9% freqüentaram as primeiras séries do curso primário. Apenas 2,6% concluíram o ginásio e 1,2% o 2º grau.

Quanto falta de recursos econômicos, orientação tecnológica, e a total falta de intercâmbio com os produtores locais fez com que uma das alternativas mais utilizadas

para a formação de suas lavouras fosse a de derrubar e queimar a mata. Esta técnica rudimentar tão comum na Amazônia, contribui para que o solo empobreça possibilitando o seu uso consecutivo por apenas três anos, e obrigando o produtor a abandonar a área e reiniciar o mesmo ciclo produtivo em uma nova área do lote, como podemos ver em Pillon (2002:31)

“O clima quente é úmido não permite a conservação e a reserva de nutrientes. Os materiais de argila são degradados, formando a caulinita. Os restos orgânicos de plantas e animais decompõem-se também rapidamente, não conseguindo formar camada de húmus. Sem nutrientes minerais e sem húmus, teremos necessariamente um solo laterizado (later, em latim, significa tijolo), compactado. Raras são as manchas de terra roxa. Quase todo o solo tropical tem essa estrutura.” Pillon, 31: 2002

As áreas abandonadas eram transformadas em pasto ou em capoeiras sem qualquer tipo de reaproveitamento como ainda se pode ver em Pillon (2002) *“e todos os fracassos nas tentativas de desenvolvimento da Amazônia são muito simples: ninguém se pergunta ao chegar aqui:*

Que terra é esta? Como se formou?

Porquê é diferente das terras do Sul, do Nordeste ou do Centro?

Quais as plantas e animais que existem aqui?

Como trabalhar esta terra e o que plantar?

Este solo pobre tem sua dignidade e quer ser tratado com respeito. Rejeita os projetos elaborados em gabinetes. Todos os grandes planos sensacionalistas de desenvolvimento que não levaram em conta a realidade do ecossistema amazônico, viraram sucatas melancólicas, tapetas povoadas de sonhos fracassados.”

A falta de infraestrutura básica (estradas, transporte, escolas, postos de saúde) ainda é um grande entrave para o desenvolvimento dos projetos de

assentamentos em Rondônia com agravante para os que foram implantados em áreas mais distantes do eixo da BR-364, em municípios de menor poder político e econômico. A Fetagro/STR's, Grito da Terra, em agosto de 2001 assim se manifestou, referente a este assunto:

“A produção em qualquer nível só se realiza quando levada ao mercado e trocada por moeda ou por outra mercadoria que satisfaça as necessidades do produtor. Sendo assim, não basta produzir, é preciso escoar a produção e comercializa-la de tal forma que reverta em renda para o produtor. Nesse sentido, a infra-estrutura produtiva, como vias de escoamento, meios de transporte e armazenagem são fundamentais para o sucesso da agricultura).

A falta de infra-estrutura da rede rodoviária estadual e municipal é o que mais interfere e inviabiliza a aplicação de qualquer programa de apoio e desenvolvimento à agricultura. Segundo estimativas do DER/RO, a rede estadual possui apenas 221.7 km de estradas pavimentadas e 3.875.5 km de estradas não pavimentadas. Com relação a rede municipal a situação apresenta-se mais precária pois existem apenas 7,8 km pavimentados e 16.336 sem pavimentação. A constante falta de manutenção das estradas faz com estas se tornem praticamente intransitáveis no período chuvoso, o qual é bastante longo na região, iniciando-se em outubro e estendendo-se até o final de abril. Durante esta época, é comum os imensos atoleiros e as pontes quebradas na maioria das estradas vicinais. Quanto mais distante das estradas principais, pior são as condições das linhas.

Este conceito de linha é utilizado pelos produtores desde do início do processo de colonização para identificar as estradas vicinais ou ramais que dividem os assentamentos. Existindo as linhas coletoras que são as que dão acesso s BR ou estradas maiores e melhor pavimentadas e as de penetração que fazem a ligação dos lotes no interior dos assentamentos. As linhas em termos comparativos, possuem a mesma importância dos lagos que servem de “rota” para o caboclo ribeirinho na imensidão da Amazônia. No que se refere a ocupação do lote, as aberturas das linhas rasgando o interior da floresta, é o que define quando o produtor poderá se estabelecer e iniciar o processo de formação de sua propriedade. Em muitos casos as linhas são abertas por madeireiros que

invadem as áreas mais distantes em busca de madeira que por ironia, acabam por destruí-las, devido ao tráfego constante de caminhões que transportam a madeira bruta da floresta. Com relação a extração da madeira Monteiro (1990) faz a seguinte análise:

“A única riqueza existente, por exigir meios de trabalhos apropriados e caros para o camponês, foi e muitas vezes continua sendo extraído dos lotes sem beneficiar seus proprietários. A floresta e sua madeira, são um impedimento para a instalação das culturas anuais e perenes. Os madeireiros efetuaram grandes ganhos ao se apropriarem dessas riquezas.”

A falta de um sistema de armazenagem e beneficiamento da produção destaca-se também como fator negativo na produção familiar atingindo principalmente os produtores que moram em áreas mais isoladas e de difícil acesso contribuindo para que estes sejam forçados a comercializar sua produção aos atravessadores a preços bem inferiores ao do mercado.

As dificuldades existentes nos assentamentos são inúmeras. Porém, em muitos casos o que mais afeta aos produtores, é a impossibilidade de escoar sua produção. Sem estradas não há transporte para atender as áreas mais remotas e carentes dos assentamentos. Em muitos casos, as pessoas caminham à pé carregando seus produtos, mantimentos, crianças e doentes através de longas distâncias até alcançarem alguma estrada que permita o tráfego de veículos. Isto também repercute duramente nos trabalhos dos técnicos, que dificilmente prestam assistência a essas áreas de difícil acesso, restando para as famílias apenas os prejuízos de um isolamento ainda maior causado pela falta de condições de tráfego das estradas durante boa parte do ano.

As condições de atendimento à saúde são igualmente precárias. Faltam postos de saúde e os que existem não reúnem as condições básicas ao atendimento das famílias, obrigando-as a se deslocarem até a cidade, a fim de receberem atendimento adequado as suas necessidades. Tal problema é agravado pela incidência de doenças como leishmaniose, hanseníase e outras de cunho infecto-contagioso. Com relação a malária, ainda é uma das doença que mais ataca a população das áreas rurais em Rondônia. Em um levantamento feito pela Secretaria Estadual de Saúde em 1997 foram registrados cerca de 134.000 casos, sendo a maioria destes, na área rural o que diminui grandemente a

capacidade de trabalho dos produtores, diminuir a qualidade de vida além de contribuir com gastos extras para o mesmo. Veja-se o que preconiza a Fetagro no Grito da Terra em 2002:

“A baixa qualidade nos serviços de saúde que quando disponibilizados para a população tem repercutido em vários setores da economia, como ocorre na agricultura, pecuária, comercio e serviços de saúde adequados ficam impossibilitados de desenvolver suas atividades e dessa forma o índice ou nível de produção tende a diminuir, causando uma redução na renda das famílias e conseqüentemente na economia dos estados e municípios”

Com relação à educação, o problema está mais na qualidade do que na quantidade. Foram construídas pequenas escolas de madeiras e em alguns casos de alvenaria em quase todos os assentamentos. Porém estas só atendem até a 4ª série primária. Em alguns casos geralmente em assentamentos localizados em municípios mais antigos e melhor estruturados, com maior arrecadação tributária ou que atuam em parceria com o INCRA existem escolas que atendem até a 8ª série do 1º grau. Os professores que atuam nas áreas rurais possuem uma formação precária, não recebem treinamento e acompanhamento de órgãos ligados à educação. O mais grave é que após concluir a 4ª série o estudante terá de vir para a cidade, se quiser continuar os estudos, o que, na maioria dos casos não é possível.

Com relação a questão da educação na área rural o Movimento Sindical faz a seguinte avaliação da fragilidade e inadequação do atual sistema de ensino existente na zona rural neste caso não apenas em Rondônia mas em todo o País.

“ O movimento sindical vem tendo muitas conquistas nas áreas de Políticas Agrárias, Agrícolas, Previdência Social, etc. Não havia até então sentido a necessidade de questionar a educação Pública e Formal que vinha sendo desenvolvida no meio rural,mas, a partir do momento em que passa a se envolver direta e explicitamente com Desenvolvimento Sustentável encontra uma série de

problemas que são na grande maioria das vezes causados pela forma inadequada com que é tratada a educação rural. Um dos maiores limites na atual situação da educação rural tem sido a visão urbanista com que essa tem sido tratada ao longo das décadas.

O Sistema educacional ao qual estamos acostumados, hoje não mas contempla as necessidades do educando. O que temos é uma realidade diferenciada de alguns anos atrás quando os diversos níveis ou fases do ensino eram tratados no mesmo bojo.

Com a implantação da nova LDB, que condicionava mudanças radicais no ensino, acreditava-se que a qualidade do mesmo fosse melhorar uma vez que a proposta descentralizaria sua execução em seus variados níveis. Na verdade essa qualidade não se evidenciou até a presente data, e o que tivemos foi o agravamento de problemas no sistema.

O que se percebe é que a escola e a educação que são proporcionadas ao educando do meio rural estão dissociadas de sua realidade, não valorizam a sua cultura e não preparam o mesmo para lidar com as mudanças advindas do processo de globalização e a vinda de novas tecnologias ao mundo rural.

Não valorizam os conhecimentos que os alunos trazem da experiência de seus familiares, para interagir com o conhecimento mais técnico, escolar e científico, nem levam em conta a sua realidade. O aluno entra na escola como se nada tivesse aprendido com eles.

Os valores cultivados nas mesmas estigmatizam a agricultura e ao agricultor, retiram-lhe a auto-estima, desvalorizam sua identidade camponesa e de classe social. De maneira geral as escolas rurais ensinam os alunos a terem vergonha de se apresentarem em algum evento que participam como sendo agricultores.

O papel que a escola tem exercido através de seu currículo oculto é o de ensinar que se o agricultor quiser melhorar de vida, ele tem que sair da agricultura, tem que vir morar na cidade, tem que arranjar outro emprego. A escola identifica melhorar de vida com deixar a agricultura. “ Vocês precisam estudar para que não sejam trabalhadores (as) a vida toda como os pais de vocês”!

Com a municipalização da educação e a definição de que os municípios seriam os responsáveis pelo ensino fundamental as dificuldades aumentaram em especial para o meio rural, uma vez que as prioridades foram dadas para o ensino nas áreas urbanas, ficando a educação no meio rural relegada ao segundo plano.

Nas entrevistas realizadas com lideranças das associações de pequenos produtores rurais e movimentos sindicais, a falta de uma política agrícola adequada para a realidade local é um fator que prejudica constantemente os produtores rurais. De acordo com mudanças, nos setores legislativo e executivo os programas voltados para área rural são alterados ou desativados o que causa grandes transtornos principalmente para a área produtiva. O que ocorre é que em muitos casos os produtores são incentivados por órgãos governamentais a investir em determinados tipos de atividades agrícolas, com a suposta garantia de que terão apoio do governo durante o processo de produção, beneficiamento e comercialização. Porém, nas mudanças de gestão quase sempre esses programas são abandonados. Os compromissos anteriores não são assumidos e o produtor que foi incentivado a fazer parte dos mesmos termina por arcar sozinho com todos os prejuízos. Um exemplo típico desta situação foi colocado por uma assessora da FETAGRO em seu relato sobre o pólo de fruticultura cítricas. “Cerca de três anos, 680 famílias de pequenos produtores rurais de vários assentamentos foram incentivadas a investir na produção de plantas frutíferas tais como maracujá, abacaxi, goiaba, acerola e coco. Todas elas fizeram financiamento que ficaram na faixa de R\$ 5.000,00 a 11.000,00 reais por família. Como garantia de que haveria mercado para a produção, o governo financiou a criação da agro-indústria denominada FRUTIRON. Há cerca de 08 meses houve início da produção de acerola e a FRUTIRON comprou apenas a produção inicial, falindo em seguida o que gerou um grave problema aos produtores os quais não têm para quem vender sua produção

e nem como saldar suas dívidas. Várias associações, inclusive a FETAGRO estavam tentando junto ao governo a solução para esse problema, sem contudo chegarem a uma solução satisfatória para os produtores endividados. Em Rondônia, os serviços de assistência técnica e extensão rural além de não atenderem a demanda local existente nos Projetos de Assentamento, em especial aos mais recentes também não conseguem desenvolver um serviço de qualidade que possa atender as necessidades dos produtores. As consequências desta falta de infraestrutura acarretam graves problemas a agricultura familiar, cujo principal impacto se traduz na venda irregular de lotes fomentando o processo de reconcentração fundiária.

O baixo nível de renda que predomina entre a grande maioria dos pequenos produtores rurais que em consequência da carência de assistência técnica regular e de qualidade repercute na quantidade e qualidade da produção que não consegue tornar-se competitiva desestimulando a permanência no campo, além de causar impactos e degradação ao meio ambiente devido à rotatividade das áreas cultivadas no sistema de agricultura itinerante.

De acordo com levantamentos feitos por técnicos do INCRA denominados de “empreendedores sociais” e que iniciaram suas atividades nos assentamentos recentemente, foi observado que nas regiões de alta concentração de PA's como Campo Novo de Rondônia, Buritis, Machadinho do Oeste, Pimenta Bueno, Jaru, Theobroma, Colorado do Oeste e Nova Mamoré, o que prevalece como um dos grandes entraves para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a ausência de assistência técnica regular e de qualidade e que contemple não apenas as questões produtivas mas toda a cadeia que envolve o processo produtivo.

A atuação do Projeto Lumiar de Reforma Agrária em cerca de 15 municípios rondonienses contribuiu durante 03 anos para um serviço de assistência técnica sistemático e de melhor qualidade às famílias de pequenos produtores rurais dos PA's atingindo cerca de 3%. Do total de agricultores familiares em RO. Este Programa foi extinto pelo Governo Federal no final de 2000, causando sérios transtornos as famílias assistidas que ficaram privadas de qualquer tipo de assistência técnica com estagnação na liberação de parcelas de financiamento do PRONAF-A contratados junto aos agentes oficiais de crédito, causada pela falta de laudos técnicos de vistorias, como se pode verificar abaixo:

Quadro Crédito Institucional concedido pelo INCRA para Instalação das famílias nos PA's em RO no período de 1995/2001.

Ano	APOIO		MAT. DE CONSTRUÇÃO		TOTAL
	Beneficiário	Valor	beneficiário	Valor	
1995	815	880.200			880.200
1996	2.137	2.229.080			2.229.080
1997	618	360.340	1.665	3.310.000	3.670.340
1998	1.901	2.361.725	1.128	2.820.000	5.181.725
1999	1.886	1.226.500	2.539	4.479.100	5.745.600
2000	1.965	1.423.200	3.604	5.099.150	6.522.350
Out/2001	1.126	1.716.400	1.877	4.692.500	6.408.900
Total	10.448	10.237.445	10.813	20.400.750	30.638.195

Fonte: INCRA, 2001.

É importante observar que a Segunda Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia enquadra todas as áreas de significativa presença de assentamentos e de agricultores familiares na Zona 1, subzonas 1.2 e 1.3, sendo incentivado que seja dado o apoio necessário para o fortalecimento das atividades produtivas ali existentes, através de políticas agrícolas que correspondam aos interesses e necessidades da agricultura familiar. Entretanto na prática isto inexistente.

Crédito Rural PROCERA E PRONAF-A concedido as famílias de pequenos produtores rurais dos PA's em RO.

ANO	Nº DE BENEFICIÁRIOS	VALOR- R\$ 1,00
1994	757	2.129.440
1995	199	705.795
1996	913	2.998.5471
1997	960	4.619.664
1998	1.858	11.960.000
1999	1.888	10.775.844
2000	2.227	13.166.699
Out/2001	74	609.927
Total	8.876	46.955.840

Fonte: INCRA, 2001

Produção Agropecuária em Rondônia

Após 30 anos do processo de colonização oficial apesar dos entraves, Rondônia apresenta um quadro bastante favorável com relação ao desenvolvimento de diversos tipos de atividades agropecuárias. Apesar do grande impulso nesta área em espaço de tempo relativamente curto, o Estado ainda apresenta uma forte carência de investimentos públicos e privado que possam consolidar os vários elos de sua cadeia produtiva. Segundo Monteiro (1990:28)

“ A proposta explicita , de articulação da Fronteira Oeste ao mercado nacional, via substituição da heterogeneidade da floresta Equatorial Superúmida, pela homogeneidade dos cultivares perenes ocorre de forma irregular e seletiva. A alternativa proposta, que parte da hipótese da rentabilidade dos cultivos anuais(arroz, feijão, milho) para sustentarem o período de larga maturação das culturas perenes tropicais, não se confirmaram. Tanto estes cultivos não apresentaram a rentabilidade imaginada, quanto alguns cultivos tropicais autóctones (seringueira, guaraná), apresentaram desde problemas fitossanitários até de mercado que dificultaram o êxito da propostas

A ocupação agrícola de Rondônia, na época, território federal, inicia-se no final da década de 60, com a construção da BR 364. Com a implantação dos programas oficiais de colonização a partir da década de 70, apesar dos impactos causados ao meio físico e social, Rondônia transforma-se ao longo dos anos em um Estado potencialmente agropecuário.

As Br 364 e BR 319 se constituem em importantes eixos de ligação e que permitem o acesso ao sudoeste da Amazônia Ocidental, Noroeste do Mato Grosso com o Sudeste Brasileiro, sendo um dos principais fatores que favorece o acesso aos mercados a nível local, estadual e nacional. A ligação terrestre com o Pacífico é feita através da BR-425 , Guajará-Mirim via Bolívia e BR- 364 ,Assis Brasil no Acre via Peru.

A Hidrovia do Rio Madeira interliga o Porto Graneleiro em Porto Velho ao o terminal graneleiro de Itacoatiara, no Amazonas, estabelecendo a ligação com o Mato Grosso um dos maiores produtores de soja do País.

De acordo com estudos realizados pela SUFRAMA com objetivo de identificar os principais produtos agropecuários existentes no Estado com base nos dados de 1995 destacam-se os seguintes atividades:

A área central do Estado, localizada no eixo da BR 364 sentido Cuiabá é onde se concentra o maior volume de produção de culturas anuais e perenes tais como arroz, milho, feijão e café. A produção de grãos atende satisfatoriamente ao mercado local. O cultivo destas lavouras ainda apresenta baixa produtividade, grande parte do cultivo é o manual, já que muitos dos pequenos produtores não dispõem de recursos para investir em tecnologias apropriadas.

Segundo dados fornecidos pela EMATER existem atualmente no Estado de Rondônia em torno de 10.980 ha plantados com frutíferas envolvendo cerca de 2.753 famílias nesta atividade, destacando-se como uma boa econômica para os pequenos e médios produtores rurais.

Das culturas as que mais se destacam são as do maracujá e a graviola concentrando-se nos Municípios de Presidente Médici, Rolim de Moura, Cacoal e Pimenta Bueno. A área conjunta desses municípios atinge o total de 70 ha apresentando uma produtividade de 16.000 kg/ha.

Além dessas culturas destaca-se o plantio do abacaxi na região de Pimenta Bueno, Vilhena e Colorado onde existem cerca de 45 ha plantados com uma produção de 900.000kg de frutos. Em Vilhena devido ao clima frio está sendo estimulado o plantio de uva havendo atualmente cerca de 15 ha com uma produtividade de 18.000 kg/ha.

Uma outra alternativa econômica que vem sendo desenvolvida tendo como base os consórcios agroflorestais são o açaí e a pupunha havendo grande interesse por parte dos produtores rurais na comercialização dos frutos e do palmito. Atualmente, existe no Estado de RO cerca de 450 há de áreas consorciadas de pupunha, cupuaçu e açaí o que sinaliza a mudança nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos produtores rurais em RO, tendo em vista que na fase inicial do processo de colonização os açais nativos foram devastados através das derrubadas e queimadas para a plantação de culturas que eram familiares aos migrantes tais como o café, arroz, milho etc. As lavouras de cupuaçu, açaí e

pupunha até o início da década de 90 eram consideradas como lavoura de fundo de quintal ou seja eram plantadas em pequena escala servindo apenas para o consumo doméstico sendo valorizado apenas pela população nativa que sempre incorporou esses produtos aos seus hábitos alimentares.

A atual produção de cupuaçu atinge cerca de 1.137.379 frutos tendo sido comercializado 417.683 frutos. A produção de pupunha também atinge uma soma bastante significativa de 190.350 kg de pupunha-fruto tendo sido comercializado em torno de 82.650 kg de frutos pó safra..

Produção de Leite

A pecuária leiteira tem atingindo um desenvolvimento bastante significativo nos últimos anos no Estado de Rondônia . De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1995 o efetivo bovino era de cerca de 4,5 milhões de cabeça com uma taxa de crescimento geométrico médio de 15, 98% ao ano. Atualmente de acordo com estimativas realizadas pelo IDARON o rebanho bovino incluindo gado leiteiro e de corte está calculado em 5,5 milhões de cabeças. A produção diária de leite é de 1,2 milhões de l/dia.

Existem em torno de 32 mil propriedades rurais em todo Estado tendo como uma de suas fonte de renda a pecuária leiteira.

No entanto apesar de ter havido um crescimento acentuado desta atividade a produtividade continua sendo considerada baixa se comparada aos centros tradicionais de produção de leite no País.

No tocante ao uso do solo as pastagens tem ocupado lugar de destaque, cada vez maior, em Rondônia. Entre 1985 e1995, o IBGE calcula que a área de pastagens plantadas aumentou de 879,304 mil para 2.578.700 ha (um aumento de quase 1,7 milhões de hectares, ou 293%). A porcentagem da área desmatada utilizada em pastagens aumentou de 55,2% para 76,*% da área aberta, demonstrando um acréscimo de 1.591,820 ha para 3.357.894 há. Nesse período, a pecuária bovina apresentou uma grande expansão, de 770,5 mil para 3,9 milhões de cabeças. .

No período de 1985 a 96, houve uma diminuição da área plantada em lavouras perenes e temporárias em Rondônia. De 530.044 ha para 432.308 ha (18,4%) havendo de certa forma, a diminuição na área plantada da maioria das culturas tradicionais. totalizando uma perda de área de 378.319, ou seja, 6,1% por outro houve incremento no plantio das culturas de feijão, milho.

Com relação ao café segundo dados da Emater a queda nos preços pela excessiva oferta do produto em 2001 afetou a área plantada no Estado com uma diminuição de 20% da área total. Esta situação apresenta perspectiva sombria para os pequenos produtores rurais uma vez que o café apesar das mudanças nas lavouras tradicionais ainda é um dos principais produtos agrícolas de Rondônia. Com certeza os preços baixos do produto irão interferir no pagamento de financiamentos agrícolas feitos pelos produtores.

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS ENVOLVIDOS COM AS QUESTÕES AGRÁRIAS EM RONDÔNIA

As fases iniciais do processo de organização dos trabalhadores rurais em Rondônia, mais especificamente o surgimento de instituições cuja atuação não se restringem apenas as áreas de assentamento e cuja às ações na área de assessorias técnica e jurídica, estão voltadas para o movimento rural em todo o Estado. De acordo com as pesquisas realizadas ao longo deste trabalho para obter melhor compreensão do processo de formação das organizações sociais que atuam direta ou indiretamente junto aos produtores rurais tem-se a considerar que o processo inicial de mobilização e organização dos trabalhadores rurais em Rondônia teve início no final da década de 70, sendo coordenado até os meados de 80 pela Delegacia Sindical da Contag e Igreja Católica. Em 1982 foi instalada em Rondônia a Comissão Pastoral da Terra- CPT sob a coordenação de agentes pastorais da Igreja Luterana. As principais atividades desenvolvidas pela CPT sempre estiveram voltadas para assessoria técnica e jurídica aos trabalhadores rurais, principalmente em situações de tensões sociais, tais como, conflito envolvendo fazendeiros, madeireiros e o próprio Governo, tão comuns nas áreas de colonização em Rondônia. Um exemplo disto ocorreu no período de 1985 a 1987, quando a CPT mobilizou e articulou diversas manifestações públicas em defesa dos trabalhadores rurais.

Com relação aos sindicatos de trabalhadores rurais, na fase inicial, a maior parte destes eram filiados ao DTR- CUT e alguns poucos à Contag. O DTR-CUT não era reconhecido pela Contag, na época expressão do sindicalismo oficial. Para serem representados em ações formais, os sindicatos tinham que recorrer diretamente à CUT pelo fato desta ser reconhecida oficialmente. Em 1989 o DRT-Cut passa a atuar de forma

oficial em Rondônia. Neste mesmo ano foi criada a Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua com sede no Município de Ji-Paraná, um dos maiores produtores de grão do Estado. Os primeiros passos para a criação da ACARAM foram iniciados em 1981 com a ajuda da Arquidiocese de Ji-Paraná. No início de suas atividades a ACARAM foi constituída por 14 associações rurais de ajuda mútua, chegando a congregar 21 associações possuindo um número aproximado de 2.400 sócios.

O DTR-CUT considerava a ação da ACARAM voltada apenas para a comercialização de grãos, mas especificamente o café não estando desta forma comprometida com a luta pela terra. A ACARAM surgiu como uma central de comercialização das Associações de Ajuda Mútua. “Estas enquanto associações comunitárias de ajuda-mútua, foram criadas com apóio da Igreja Católica e dos sindicatos de trabalhadores rurais para contraporem-se às cooperativas criadas pelo Incra nos assentamentos”. (H.M de Carvalho:1996).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST iniciou suas atividades em Rondônia em 1985 tendo como objetivo inicial apoiar as ocupações e pressionar o Governo através do INCRA a promover a regularização das terras ocupadas por posseiros em diversas áreas do Estado.

Devido as questões políticas e ideológicas, houve no início algumas divergências entre O MST e a Igreja Católica as quais tornaram-se cada vez mais acentuadas em decorrência das disputas eleitorais de 1992. Segundo Carvalho (1996) “a disputa política, expressão de imaturidade e dos sectarismos reinantes, era de cunho eleitoral: lideranças do MST, originárias da Igreja, disputavam com lideranças da Igreja inseridas em seu trabalho de base, e ambas com as mesmas aspirações eleitorais”. A situação de disputa entre a Igreja e o MST tinha a seguinte configuração: de um lado a CPT, Acaram, Cepami e Padre Ezequiel e do outro MST e DTR-CUT.

O MST, ao final de 1989, realizou em várias ocupações de terra no Estado. Em agosto de 1990 ocorreu a ocupação da fazenda Adriana no Município de Corumbiara dando origem ao confronto entre trabalhadores rurais e a polícia militar deixando como, saldo 11 mortos e dezenas de feridos. Antes de ocorrer a ocupação da fazenda Adriana houve uma ruptura entre as lideranças do MST por discordarem entre si da forma como estavam sendo feitas as ocupações. Como consequência dessas divergências, surgiu o Movimento Camponês Corumbiara formado por ex-integrantes do

MST tendo sido estes que dirigiram a ocupação da fazenda Santa Elina. Das 600 famílias despejadas após o massacre a maior parte destas, foram assentadas pelo Incra no Município de Theobroma, e o restante em no Projeto de Assentamento de Rio Preto do Candeias.

Em 1991, foi criado o Fórum das Organizações Não governamentais de Rondônia formado na época por 19 entidades da sociedade civil cujo objetivo principal era o de proporcionar as entidades filiadas um espaço para reflexão política e maior poder de articulação da sociedade civil e participação junto aos organismos governamentais federais/ estaduais que formulam e executam as políticas públicas locais. E que continuou em ação até 2001 participando ativamente das questões ligadas as políticas públicas voltadas para área rural, questões ambientais e indígenas. Com relação à importância da atuação do Fórum na defesa dos interesses de diversos seguimentos da sociedade civil, Carvalho (1992:16) faz a seguinte análise:

“ A criação do Fórum deu-se num longo e complexo processo histórico de consolidação de representações organizadas de vários seguimentos da sociedade civil na dinâmica de defesa dos direitos de cidadania dessas populações perante arbitrariedade dos organismos governamentais no exercício do poder público (vontade coletiva social). Isto significou que não se deu por iniciativa isolada de pessoas ou pequenos grupos de interesse, como os questionamentos sobre a sua legitimidade insinuaram. O permanente embate com os organismos governamentais e o Banco, a favor da participação da sociedade civil na formulação, execução e controle das políticas públicas, em particular no Planafloro, denotaram a contínua sustentação e apoio social local, nacional e internacional que recebeu , permitindo-lhe defender o interesse coletivo ante aprivatização por grupos oligárquicos, das políticas públicas”.

Com relação aos sindicatos de trabalhadores rurais, apesar de existirem em quase todos os municípios e congregarem em torno de 65 mil produtores rurais, estes não possuem uma atuação politicamente representativa. Faltam recursos para investir em atividades de capacitação de suas lideranças sendo as suas atuações voltadas apenas para o aspecto social, como encaminhamento de pedido de aposentadoria, orientação para aquisição de documentos pessoais, etc. A fonte de sustentação destas entidades está relacionada a contribuição dos aposentados que autorizam a previdência social a descontar 2% de seus benefícios que são distribuídos da seguinte maneira; 75% para os sindicatos, 20% para a Fetagro e 5% para a Contag.

Além dessas, existem outros tipos de organizações tais como por exemplo o Projeto Padre Ezequiel e que são formadas por diferentes tipos de profissionais que desenvolvem trabalhos em áreas ligadas a saúde, educação, organização de produtores e assistência técnica a produção. Estas organizações geralmente recebem ajuda financeira de órgãos oficiais ou de entidades internacionais para o desenvolvimento de suas atividades. Esses movimentos sociais possuem uma relevante importância pois através de suas lutas e conquistas é que ocorrem as mudanças nas políticas públicas que afetam a população rural local.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÕES AGRÁRIAS EM RONDÔNIA

O Planafloro

Os primeiros estudos para a elaboração do PLANAFLORO foram iniciados por técnicos do governo do Estado e do Banco Mundial em 1986 surgindo assim a 1ª versão preliminar cujo o orçamento inicial beirava a soma de 800 milhões de dólares. Entretanto na versão final do documento este valor foi reduzido ficando na ordem de US 228, milhões sendo assim distribuídos:

ATIVIDADES	RECURSOS (US)
Conservação, manejo e proteção ambiental	68,4 milhões – 29,88%
Desenvolvimento Agroflorestal	81,4 milhões – 35,56%
Infra estrutura sócio-econômica e de serviços	71,5 milhões – 31,23%
Administração, monitoramento e avaliação	11,2 milhões – 4,89%

De acordo com as diretrizes do Banco Mundial, o Planafloro teria como objetivo principal ‘conservar a biodiversidade de Rondônia, criando ao mesmo tempo, uma base para a utilização sustentável de seus recursos naturais renováveis, visando benefícios econômicos diretos para a população local.’ Banco Mundial (1992). Com a aprovação deste Projeto o governo estadual deslanchava um pacote de ações voltadas para reverter os inúmeros problemas ambientais que marcaram todo o processo de ocupação em Rondônia tornando os governos federal e estadual alvos de pesadas críticas de

ambientalistas nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo que o governo estadual mantinha estável os recursos financeiros oriundos do Banco Mundial.

Dentre as ações voltadas para a proteção e manejo de recursos naturais, foram contempladas de forma mais específica, a implantação de sistemas agroflorestais, educação ambiental, criação e sustentação de reservas extrativistas, fiscalização ambiental, apoio as comunidades indígenas, criação de unidades de conservação e de manejo florestal.

Na fase final de negociação do Planafloro junto ao Banco Mundial surgiu por parte de um grupo de organizações representativa de vários seguimentos da sociedade civil (Essas entidades deram origem ao Fórum da ONG's/RO) um movimento de articulação para denunciar através de cartas ao Banco Mundial a ausência de consultas, divulgação e espaço para que a sociedade civil através de seus representantes pudessem conhecer melhor e participar da elaboração da proposta final do Programa.

Foi graças a esse processo de mobilização que as entidades conquistaram na fase inicial de implementação do Planafloro o direito de participar de forma institucional das etapas de planejamento e avaliação de suas atividades.

Através do Fórum das Organizações Não Governamentais de Rondônia foi criado o espaço político para que as organizações representantes dos principais seguimentos que seriam contemplados através das ações do Planafloro (populações indígenas, produtores rurais, extrativistas e ambientalistas) pudessem participar do processo de gestão do Programa através das Comissões Normativas de Programa -CNP, que foram compostas de forma paritária, do Comitê de Avaliação Independente – COMAI cuja a função principal era acompanhar e realizar uma avaliação anual do desenvolvimento do Programa e do Conselho Deliberativo –CD –Planafloro, instância máxima de deliberação.

O processo de implementação do Planafloro em grande parte foi marcado por denúncias realizadas pelo Fórum de ONG's na tentativa de impedir que fossem feitos desvios de recursos e dos objetivos iniciais do Programa.

Antes mesmo de iniciar o processo de implementação foram feitas através do Fórum denúncias sobre os desvios dos objetivos traçados e que poderiam comprometer futuramente o bom desenvolvimento do Programa ocorrendo em 1994 o pedido de suspensão de desembolso dos recursos. No ano seguinte, foi feita solicitação através Fórum da ONG's de investigação ao Painel de Inspeção do Banco Mundial. De acordo

com o documento elaborado pelo Fórum das ONG's "Observações Críticas e Propostas de Reformulação do Planafloro: Resolução da Assembléia, (PVH,1993)

“Os resultados obtidos através de avaliações realizadas pelo Fórum demonstraram que “apesar da validade dos objetivos globais do Planafloro de possibilitar a instalação das bases para o desenvolvimento sustentável em RO, a maioria das entidades se mostrou frustrada com os resultados alcançados pelo Programa. Em um documento, as entidades denunciaram que os recursos do Planafloro não estavam chegando aos seus reais beneficiários porque estavam sendo absorvidos, quase que totalmente em atividades meios, servindo basicamente para o aparelhamento dos órgãos da administração pública, através do pagamento de pessoal, aquisição de veículos, equipamentos de informática, entre outros. Visando superar estes entraves”.

Neste documento foi proposto uma revisão técnica da proposta original do Programa, reduzindo-o de 04 para apenas 02 componentes de 18 para apenas 09 órgãos executores. Um dos principais objetivos do Fórum neste documento foi o de buscar mecanismos que permitissem que as populações beneficiárias pudessem através de suas organizações ter acesso direto aos recursos de acordo com as demandas existentes em suas comunidades. Para diminuir as críticas e pressões feitas ao Planafloro criado o Programa de Apóio as Iniciativas Comunitárias - PAIC cujo os objetivos foram a viabilização de financiamento e a implementação de projetos concebidos a partir das necessidades, iniciativas e prioridades de ação definidas pela próprias comunidades, buscando através da implementação dessa ações o melhoramento da qualidade de vida, geração de emprego, renda, tecnologia e produção, fortalecimento da cidadania, organização social participativa e conservação ambiental, através da implementação de projetos experimentais.

Diferente do seu antecessor, o Projetos de Iniciativas Comunitárias-PIC implantado no final de 1995, o qual dependia da sobras orçamentárias de outros órgãos

executores o que acarretava constantes atrasos na liberação dos recursos, o PAIC contou com uma rubrica orçamentária própria de US\$ 20 milhões.

O processo de liberação e gestão obedeceu ao seguinte princípio:

Pedido para projeto no valor máximo de R\$ 150,000,00 através de associações, cooperativas, sindicatos, federações e ong's ambientalistas e indígenas havendo uma contrapartida que poderia ser oferecida em forma de serviços não-especializados e infraestrutura disponíveis no local.

Um outro avanço na proposta do PAIC é a de que foram treinados e credenciados técnicos de diferentes áreas para dar suporte na elaboração e assistência técnica ao projeto durante o período de sua execução. De acordo com o valor do projeto era pago 1,5% na sua elaboração e mais 6,5% na assistência técnica ao longo do projeto.

Ao criar o PAIC o governo, de certa forma, criou um escudo de proteção contra as críticas e denúncias feitas pelo Fórum, tendo em vista que as ONG's que fazem parte do Fórum que mantinham apenas a posição de fiscalizadoras das ações do Planafloro assumiram naquele instante a posição de executores o que as deixava em posição pouco confortável para denunciar as falhas que certamente viriam a acontecer ao longo da execução do Programa.

Apesar das ingerências políticas, graças à participação efetiva através do Fórum o Planafloro possibilitou ao Estado recém-criado os recursos necessários para garantir melhores condições de infra-estrutura nas áreas econômica e social garantindo assim melhores condições de desenvolvimento do Estado.

A Primeira Aproximação do Zoneamento Econômico- Ecológico de Rondônia

No contexto atual, onde a sociedade moderna se vê diante da complexidade e necessidade de adequar o ritmo acelerado do crescimento econômico moldado no sistema capitalista a práticas menos destrutivas dos recursos naturais existentes, o zoneamento econômico- ecológico (ZEE) surge como um dos mais importantes instrumentos

estratégicos de política pública, na prática do planejamento regional visando a promoção de desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Segundo Millikan “ em 1990 foi criado através da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República um programa de zoneamento econômico-ecológico tendo como prioridade a região amazônica. Contando também com a parceria do Programa Piloto para conservação das Florestas Tropicais do Brasil – PP/G7.

Na região Norte, Rondônia destaca-se por ser o primeiro estado a ser contemplado com a implantação do zoneamento-sócio-econômico-ecológico”. Lamentavelmente a implantação desta política pública ocorreu não com o objetivo de planejar um processo de desenvolvimento econômico e ecológico sustentáveis, mas sim para tentar remediar o profundo impacto causado ao meio ambiente e a forma de vida das populações locais que foram afetadas pela ação de um outro instrumento de política pública o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil-POLONOROESTE, financiado através de recursos do Banco Mundial e implementado em Rondônia no início da década de 80.

A Primeira Aproximação do Zoneamento Sócio-econômico e Ecológico do Estado de Rondônia foi elaborada em 1988, tendo sido instituída legalmente através do Decreto Estadual nº 37820, tendo objetivado a definição de padrões para investimentos públicos e privados, preservação de ecossistemas frágeis/e ou representativos e ordenamento do uso dos recursos naturais.

A preocupação com a criação de um projeto de zoneamento para o Estado surge apenas no final do programa Polonoroeste quando os recursos financeiros disponíveis no Estado para um trabalho dessa envergadura eram bastante reduzidos.

As limitações técnicas e financeiras fizeram com que grande parte das pesquisas e dados utilizados nos levantamentos dos meio físico e econômico estadual fosse obtido através de pesquisas do Radam Brasil e imagens de satélite (Landsat) e dos mapas fundiários do INCRA.

Alem dos fatores econômico, técnicos e políticos institucionais, a diversidade física e vasta dimensão territorial do Estado contribuíram para que ocorressem diversas falhas na Primeira Aproximação consideradas graves por vários pesquisadores locais.

De acordo com Millikan “ ocorreram erros significativos na primeira aproximação do ZEE de Rondônia. Por exemplo, diversas áreas ocupadas por seringueiros foram incluídas indevidamente em zonas agropecuárias.

Apesar das dificuldades econômicas e técnicas para a realização dos trabalhos o zoneamento surge como uma medida concreta para

Segunda Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia

De acordo com os estudos e metodologias utilizadas na Primeira Aproximação foram definidas 06 zonas sócio-econômico-ecológicas, segundo as características naturais e a ocupação humana ficando caracterizado como a Segunda Aproximação do Zoneamento Sócio-econômico e Ecológico. A Lei complementar prevê no Art.1º, parágrafo segundo, a realização de aproximações sucessivas, “visando a adequação e o aprimoramento do Zoneamento...” . Para atingir o grau de detalhamento necessário a Segunda Aproximação foi realizada na escala de 1:250.000 obedecendo a seguinte divisão por zonas de acordo com a aptidão identificada:

ZONA 1- Áreas com potencial para expansão e consolidação das atividades econômicas e se subdividindo nas subzonas: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 , compreendendo os municípios de:

Porto Velho, Candeias do Jamari, Cujubim, Machadinho , Rio Crespo, Ariquemes, Cacaulândia, Theobroma, Vale do Paraíso, Jaru, Ouro Preto, Nova União, Mirante da Serra, Urupá, Teixeirópolis, Ji-Paraná, Alvorada , Presidente Médici, Ministro Mário Andreazza, Cacoal, Castanheiras, Novo Horizonte, Rolim de Moura, Santa Luzia, São Felipe, Espigão do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Vilhena, Corumbiara, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Cabixis.

SUBZONA 1.1 - Caracteriza-se pelo alto nível de ocupação humana e elevado estágio de antropização porém de acordo com as limitações naturais da região se destacam por apresentar solos com bom potencial agrícola com baixo grau de erosão. Apesar de serem destinadas a consolidação de atividades agropecuárias, florestais, minerais etc os desmatamentos devem se restringir ao limite das áreas de reserva legal evitando-se ao máximo a depredação de áreas de preservação permanente.

SUB-ZONA 1.2 - É recomendado que seja feito a regularização fundiária tendo em vista ao processo acelerado de ocupação humana. Ainda apresentam cobertura florestal natural, com médio potencial agrícola e com solos de baixa a média vulnerabilidade a erosão. Para a expansão das atividades primárias deve ser incentivado o uso de áreas desmatadas através de práticas de manejo adequadas.

7SUBZONA-1.3 – Apresenta um expressivo potencial florestal com predominância da cobertura vegetal, baixa aptidão agrícola com solos de média vulnerabilidade ao processo de erosivo. Recomenda-se que sejam mantidas as atividades agropecuárias porém não deve ser estimulado o processo de expansão.

SUBZONA 1.4 - Destina-se ao uso de atividades agropecuárias, apesar das condições naturais não serem favoráveis ao desenvolvimento intensivo de atividades primárias devido ao alto grau de vulnerabilidade do solo à erosão. Recomenda-se para o uso de áreas já desmatadas a implantação de sistemas de uso da terra que possam garantir o controle da erosão tal como reflorestamento, consórcios agroflorestais.

ZONA – 02 - . Áreas de conservação dos recursos naturais passíveis de uso através de manejo sustentável. É formada pelas Sub-zonas 2.1 e 2.2 e compreendem os municípios de Cujubim, Machadinho, Rio Crespo, Anari, Nova União, Buritis, Nova Mamoré, Campo Novo, Theobroma, Vale do Anari, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Guajará Mirim, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta, Primavera de Rondônia, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Parecis, Alto Alegre do Parecis, Chupinguaia, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e Cabixi.

SUB-ZONA 2.1 – Destinadas ao desenvolvimento de atividades econômicas através de um sistema adequado de manejo florestal. O nível de ocupação humano é inexpressivo. O solo é considerado frágil e com alto grau de vulnerabilidade natural a erosão. Algumas áreas apresentam um bom potencial para atividades de ecoturismo e pesca.

ZONA 2.2- Destinadas a conservação da natureza em especial da biodiversidade. Apresenta alto potencial para atividades científicas. Como alternativas econômicas pode ser incentivado o turismo ecológico e atividades de pesca desde que sejam observadas as normas de preservação necessárias. Devido as características especiais de seu ecossistema, além da localização com relação ao corredor ecológico regional é recomendável a criação de áreas protegidas.

ZONA 03 – Áreas Institucionais constituídas por Unidades de Conservação e Áreas Indígenas. É constituída pelas subzonas 3.1, 3.2 e 3.3 que compreendem os Municípios de Cujubim, Machadinho do Oeste, Buritis, Nova Mamoré, Theobroma, vale do Anari, Governador Jorge Teixeira, São Miguel, Guajará Mirim, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta, Espigão do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Chupinguaia, Vilhena e Pimenteiras.

SUB-ZONA 3.1- É formada por Unidades de Conservação de Uso Direto tais como: Reservas Extrativistas, Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado e Florestas Nacionais. A utilização dos recursos ambientais devem ser de acordo com planos e normas específicas.

SUB-ZONA 3.2 – É constituída por Unidades de Conservação de Uso Indireto como Reservas Biológicas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Estações Ecológicas. Estas áreas se limitam ao desenvolvimento de atividades de caráter científico e cultural.

SUBZONA 3.3 - É formada por Terras Indígenas, partes do território nacional de uso limitado por lei. A utilização de seus recursos naturais só será possível

através de concessão do governo federal de acordo com normas e regulamentos específicos.

De acordo com Millikan apesar da Segunda Aproximação do Zoneamento representar um avanço significativo com relação as questões de planejamento regional com vistas a diminuir os impactos causados pelo uso desordenado do espaço físico através de atividades econômicas incompatíveis com as características dos ecossistemas locais, a metodologia adotada para os estudos realizados apresentaram falhas em alguns aspectos como:

“As Unidades Territoriais de Análise do diagnóstico das paisagens naturais e do funcionamento d e ecossistemas considerados de grande importância para o planejamento e compatibilização das atividades econômicas com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, foram definidos sem incluir as variáveis de cobertura vegetal e da fauna.

Com relação a definição das amostragens de campo da fauna e flora para os levantamentos setoriais de recursos naturais não foi feita uma relação estreita com o processo de identificação preliminar de unidades de solo e terreno.

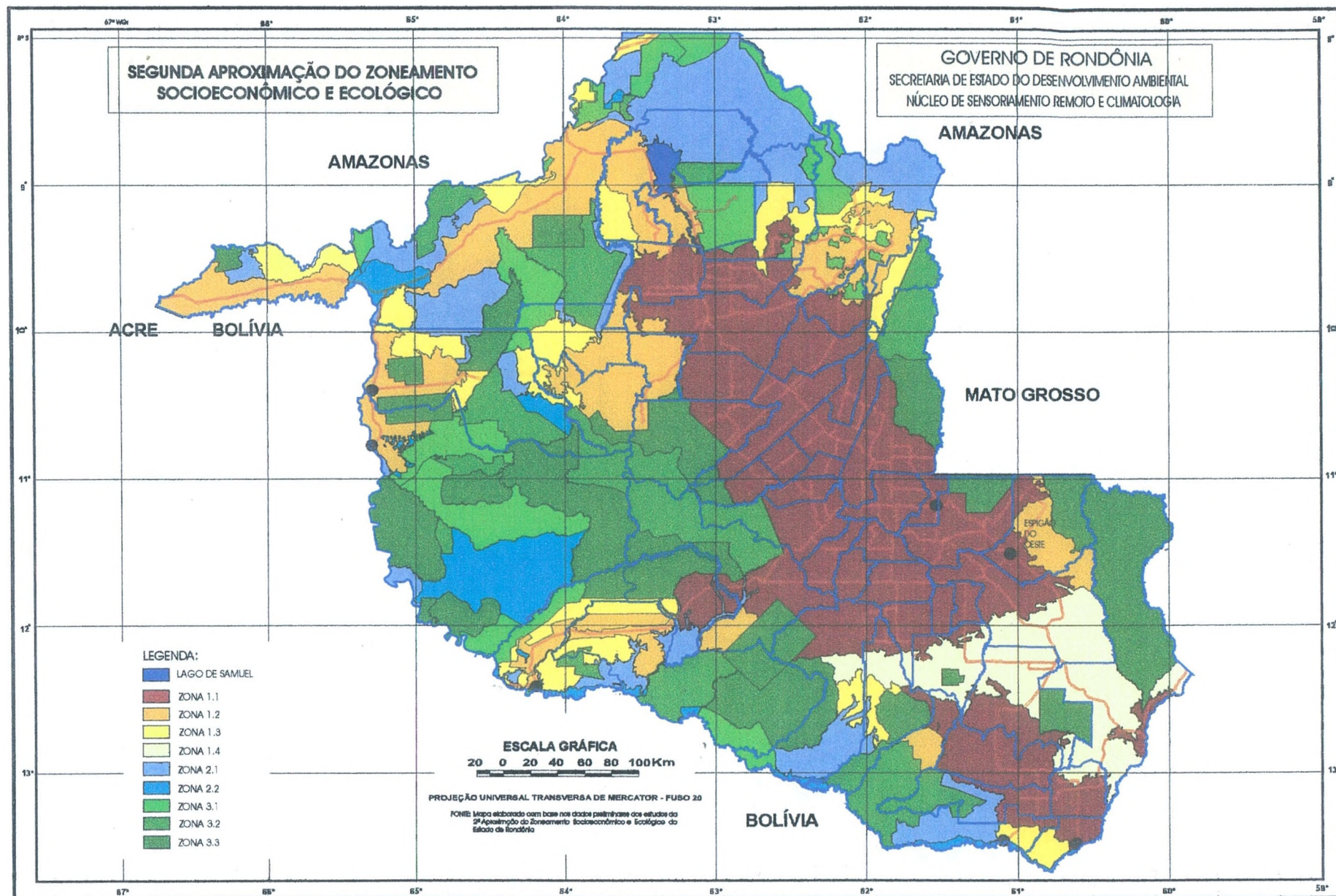
Agregação de diversas unidades com características bastante diferenciadas em termos de solos, geomorfologia e vegetação) em uma única unidade territorial de análise (UTA).”

Entre outros problemas citados com relação a metodologia adotada o autor chama atenção para algumas questões relacionadas as relações sociedade- natureza que não foram analisadas com a profundidade necessária tendo em vista os objetivos aos quais se destinam o Zoneamento:

- Identificação de processos relacionados a dinâmica de expansão da fronteira no que diz respeito a ocupação de espaços territoriais e a utilização de recursos naturais tendo em vista os seguintes fatores: ambiental, demográfico, econômico e social.
- Necessidade de identificar possíveis alternativas de sobrevivência/ ou acumulação de capital dos diversos grupos sociais locais tais como: fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, seringueiros, pequenos produtores rurais e comunidades indígenas. Identificação de indicadores de impactos e de sustentabilidade ambiental relacionado as principais atividades econômicas (agropecuária, extrativismo mineral, animal e vegetal, etc).
- Identificação de práticas inovadoras relacionadas à gestão de recursos naturais que poderiam servir como referencial na busca de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável.
- Dificuldade de transformar o grande volume de informações essencialmente técnica em linguagem mais acessível aos diversos seguimentos da sociedade.

O processo de elaboração da Segunda Aproximação do Zoneamento tal qual a Primeira Aproximação, apesar do esforço de alguns seguimentos da sociedade civil representados por suas instituições ou através do Fórum da ONG's de Rondônia em participar de forma ativa e apresentar sugestões importantes na busca de um modelo mais compatível com as necessidades e vocações do espaço territorial prevaleceu a visão técnica, restringindo-se o diálogo entre o governo e empresas responsáveis pelo desenvolvimento das atividades.

Mapa 02 – Zoneamento Sócio-Econômico, Ecológico de Rondônia.
Segunda Aproximação.



Políticas Públicas e Zoneamento em Rondônia

Para que o Zoneamento possa ser utilizado como um instrumento de planejamento e gestão do espaço territorial é importante que o mesmo seja compatível com os interesses e as necessidades da sociedade. No caso de Rondônia, a efetiva implementação do zoneamento poderá de acordo com a visão política e administrativa dos atores envolvidos estimular o surgimento de políticas públicas compatíveis com os novos paradigmas do desenvolvimento visando a partir de então a utilização equilibrada dos recursos naturais tendo em vista que os modelos unilaterais de políticas públicas já não conseguem atender aos interesses da sociedade pois utilizam-se de práticas perniciosas ao equilíbrio do meio ambiente, comprometendo dessa forma a sobrevivência das gerações futuras.

Entre os vários fatores que dificultam em tese, o processo de articulação entre as diretrizes do ZSEE/RO e as políticas públicas vigentes estão a morosidade no processo de elaboração e implementação da primeira versão do Zoneamento tendo em vista a complexidade e dinamismo com que ocorrem as transformações políticas, econômicas e sociais no Estado.

Com relação às políticas agrícola e fundiária, vários aspectos demonstram uma certa incompatibilidade e a necessidade de se adequarem às diretrizes do Zoneamento.

A política fundiária tem como finalidade a definição de normas e critérios legais que estabelecem ao cidadão o direito de acesso a terra. A forma de ocupação e o uso dos recursos naturais determinam a espoliação ou melhoria da qualidade de vida de uma comunidade.

Em Rondônia, se tratando de questões fundiárias, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a partir da década de 70, tem sido o principal órgão público a executar as ações relacionadas à política de colonização e reforma agrária no Estado.

Com relação às políticas agrícolas e fundiárias vários aspectos demonstram a incompatibilidade e a necessidade de adequar o atual sistema as políticas públicas vigentes as diretrizes do zoneamento. Foi colocada como pré-condição para liberação do

empréstimo do Banco Mundial para o Planaflores para a liberação dos recursos a seguinte exigência: assinatura de um convênio entre o Incra e o Governo de Rondônia se comprometendo a adequar as políticas de regularização fundiária aos objetivos de manuseio e proteção da floresta em termos e condições satisfatórias ao Banco.

Em 1988 através da lei Estadual, nº 203^{de} 20/06/88, foi criado o, Instituto de Terras e Colonização de Rondônia - ITERON, com o objetivo de executar ações de políticas fundiária compatível com as diretrizes de zoneamento.

Apesar do acordo existentes entre o Incra e o Governo do Estado, na prática, não se observa nenhum tipo de mudança substancial no processo de políticas fundiárias utilizado pelo Incra relativos a criação de projetos de assentamentos em áreas consideradas impróprias para a agricultura.

CAPITULO IV

SURGIMENTO E TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES FORMAIS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EM RONDÔNIA

Em 1983, através do Polonoroeste, de acordo com a ótica do estado, foram iniciados os primeiros passos para o desenvolvimento do processo de organização social dos produtores rurais dos projetos e assentamentos de colonização e reforma agrária.

Segundo o "Componente Organização Social Rural" contido no Polonoroeste os objetivos a serem trabalhados seriam os seguintes: Promover o desenvolvimento de um processo que permita a viabilização da participação social dos pequenos produtores rurais no desenvolvimento local: tendo como objetivo específico;: "aperfeiçoar a capacidade de mobilização e organização da comunidade rural para o trabalho cooperativo, tendo como metas principais atingir os seguintes aspectos:

Estimular a comunidade para a reflexão dos problemas locais e a importância de sua participação no processo de transformação social;

Mobilizar lideranças rurais usando a estruturação de grupos sociais que funcionarão junto ao governo local;

Agregar os produtores com vistas à organização de mutirões;

De acordo com os objetivos descritos e diante da complexidade que envolve as questões ligadas ao processo de produção e comercialização das áreas de colonização e reforma agrária em Rondônia, o que se percebe é que as propostas contidas no Polonoroeste para suprir estas dificuldades são bastante superficiais e não apontam nenhum tipo de solução para as questões ligadas a compra de insumos e comercialização de seus produtos. Sobre este aspecto Monteiro (1990:37) faz a seguinte análise: "nenhuma

medida se prevê para organizar os produtores no ponto em que são espoliados, a comercialização. A melhoria de estradas beneficia a todos mas muito mais quem tem transporte, neste caso os intermediários. O estímulo a construir depósitos sem linhas de crédito para isto, é apenas intencionalidade e pensar que o pequeno produtor rural é um estúpido por não compreender esta necessidade. Se o camponês não possui pequenos armazéns individuais, é porque sua “descapitalização” não permite realizar inversões deste porte. Isto deveria servir como elemento aglutinador de armazenagem coletiva, que já seria uma estratégia de organização de produtores, no caso inexistente. Os demais itens são idealistas e não resultam em praticidade. Ter informações de mercado via extensão rural, por exemplo, até hoje é totalmente ineficiente para o produtor, isto quando o mesmo recebe informações sobre o mesmo. Esta ineficiência deve-se ao fato de que mesmo, individualmente não possui escala de produção nenhuma para se beneficiar da informação, como é sobejamente conhecido.”

No contexto do Polonoroeste, o órgão oficial encarregado de conduzir o processo de organização dos produtores foi a Secretária de Ação Social –SAS cujo o perfil sempre esteve voltado para as questões urbanas, sem qualquer preparo ou experiência para o desenvolvimento de trabalhos na área rural.

Em sua análise sobre o Subprojeto de Consolidação de Assentamentos em Rondônia Monteiro chama atenção para importantes detalhes que sinalizam a visão oficial com relação a forma de participação dos produtores em questões ligadas a realização de atividades que supostamente poderiam contribuir para o desenvolvimento da consciência organizativa dos produtores rurais: *quando prevê a construção ou a reabilitação de 2.900 km de estradas, “a participação” dos beneficiários é novamente citada para a realização de mutirões para a derrubada de matas...O autor chama atenção para o fato de que a participação dos produtores seria de forma passiva apenas como mão de obra numa atividade emergencial e que provavelmente seria administrada por empreiteiras locais. Um outro exemplo citado pelo autor dessa participação passiva se refere a “Infraestrutura do NUAR, os Núcleos urbanos de Apóio Rural: nos mesmos são previstos a instalação de 200 lotes para moradia e áreas de recreio e comércio”.*

O documento refere-se na íntegra que neste espaço “*espera-se que o comércio e os serviços privados especialmente para o fornecimento dos diferentes insumos e ferramentas cresça rapidamente nestes centros. A experiência em locais já designados*

para a construção de NUAR mostra que os comerciantes mais empreendedores se estabelecem em tais núcleos mesmo antes de implantação de infra-estrutura básica.

Desta forma os NUARES, criados estrategicamente em cruzamentos de estradas, centros dos projetos de colonização e ligados por estradas melhores a BR-364, são previstos como espaços privilegiados ou reservados para atuação de ponta de lança do capital.”

Desta forma, torna-se claro que nesses espaços onde poderia ser estimulado o surgimento de empresas associativas não houve por parte da SAS em conjunto com a CODARON e ÁSTER, os outros órgãos do governo responsáveis, qualquer preocupação neste sentido. O que fica claro no componente do Polonoroeste voltado para a questão da organização social é que a preocupação em organizar os produtores para a realização de atividades comunitárias porém sem se preocupar em prepará-los para a criação e gestão de empresas associativas, o que de fato poderia fortalecê-los no processo de comercialização de sua produção.

O Projeto desenvolveria adicionalmente a tradição de trabalho comunitário e a organização dos agricultores da área do subprojeto. De início, seriam organizados dez grupos de agricultores na área de influência de cada NUAR, coordenados pelos agentes locais da SAS. Esses grupos de agricultores, assentados ao longo de determinado trecho da estrada de acesso, seriam treinados para participarem em diversas atividades comunitárias tais como: extensão agrícola, nutrição e educação sanitária e comunitária e manutenção de escolas e postos de saúde.” De acordo com Monteiro (1990) fica claro que “o POLONOROESTE, não pretendia organizar produtores. Isto está explicitamente afirmado e é necessário uma excessiva ingenuidade pensar que a mitológica tradição de “trabalho comunitário” tem condições de resistir ao impacto desagregador que a economia mercantil capitalista promove sobre a pequena produção. Da mesma forma, é ingênuo esperar “tradição” de trabalho comunitário numa área em que os migrantes são recentes, oriundos de diferentes regiões e onde estruturalmente não se produz comunitariamente mas sim em lotes privados. Os migrantes, não serão organizados, serão “agrupados” e agrupados já em números predeterminado, o que demonstra que não se respeita os princípios elementares do associativismo, que é a “livre adesão”, nem terão condições autogestionárias pois serão “coordenados” por um funcionário estatal.”

Além das dificuldades de estabelecer ações efetivas capazes de fortalecer o processo de organização social entre os produtores as instituições envolvidas no caso a SAS, CODARON e EMATER não conseguem se articular entre si o que contribui mais ainda para que os objetivos propostos não sejam alcançados.

Em um dos relatórios de avaliação sobre o componente organização social dos produtores realizado em 1984 é detectada a seguinte situação:

“ Este segmento apresenta fraco desempenho e histórico bastante comprometedor quanto ao sucesso. Existem desilusões do público quanto ao sistema de mutirão e descrédito quanto a ação governamental, dados diversos acontecimentos tais como episódio de eleição de administradores e tentativa de manipulação política.”

Com relação às dificuldades envolvendo as questões relacionadas ao processo de compra e venda de mercadorias ao final de 1984 o CENTREINAR de Viçosa demonstra através de um estudo destinado a subsidiar a necessidade ou não de ampliar a quantidade de armazéns para os pequenos produtores chega ao seguinte resultado sobre a situação das famílias assentadas;

“ Constatou-se que os pequenos agricultores não são os beneficiários do atual sistema de comercialização apesar destes serem migrantes com experiência em agricultura em seus estados de origem. Estão assentados em terras com fertilidade e tamanho que lhes permitem ampliar consideravelmente seus negócios. Apesar de tudo, continuam pobres, não havendo diferença significativa de renda líquida entre diferentes níveis de produção por estabelecimento agrícola.”

Os fatores apontados no estudo realizado pelo CENTREINAR como responsáveis pela estagnação econômica das famílias de pequenos produtores rurais das áreas assistidas pelo POLONOROESTE segundo Monteiro (1990) apontam para: “ o repasse do produto entre numerosos agentes intermediários é a principal característica do

sistema de comercialização. O isolamento geográfico, o baixo nível cultural, a fragilidade econômica do pequeno produtor, tornam-no dependente do comprador, seja para o escoamento da produção, seja para a garantia de um fluxo de renda. Isto torna o intermediário um fornecedor de informações, crédito, e muitas vezes, coletor de produção.

A comercialização, em sua grande parte, é feita através desses atravessadores que ficam situados na sede dos municípios. Eles possuem transporte que apanham o produto no estabelecimento do agricultor. A compra é feita geralmente à vista. Em muitos casos com pagamento adiantado – “compra no pé”- e em menor escala, a prazo.”

~ É possível identificar claramente os principais problemas que interferem de forma profundamente negativa no desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas. O isolamento (distância de um lote para o outro) , dificuldade de armazenar e principalmente de escoar a produção, inoperância da política de preços mínimos do governo federal que não atende as necessidades dos produtores.

O sistema de armazenagem sob a responsabilidade da CIBRAZEM que deveria atender aos produtores se mostra incompatível com as necessidades dos mesmos. Várias unidades foram construídas em locais indicados por políticos que em nada beneficiam em nada aos produtores. É os armazéns construídos na sede dos municípios favorecem apenas aos intermediários, embora os pequenos produtores sejam responsáveis pela produção de milho, arroz e feijão.

Um outro aspecto analisado no documento feito pelo CENTREINAR diz respeito a fragilidade do associativismo que pouco contribui para melhorar as precárias condições de compra e venda realizado pelos pequenos produtores locais. *Em Monteiro (1990)*

“ Embora a população migrante, em sua maioria, proceda do Centro Sul do País, onde o associativismo tem alicerçado suas raízes com sucesso, nota-se o desenvolvimento e falta de motivação para movimentos associativistas nesta região, principalmente no que se refere à comercialização. O problema é explicado quando se considera o papel que eles exerciam em seus estados de origem: empregados, e/ou meeiros, o que lhes dava uma posição secundária, no processo de comercialização.

Agora, como proprietários, eles não estão preparados para um movimento tão complexo, embora muito salutar para resolver problemas comunitários.”

Por apresentar maior estabilidade institucional e por contar com um quadro técnico mais estável e com um perfil mais adequado as atividades rurais (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas) a EMATER terminou por se sobrepor a SETRAPS/SAS assumindo as atividades na zona rural. Porém a metodologia adotada pela EMATER ao longo de suas atividades sempre seguiram o modelo clássico de extensão rural voltado para a difusão de tecnologia, buscando sempre o aumento da produtividade sem no entanto desenvolver trabalhos sistemáticos e que pudessem contribuir qualitativamente no processo de organização dos produtores rurais nos projetos de colonização e assentamentos de reforma agrária.

A forma como ocorreu o processo de colonização em Rondônia dificultou, em muitos aspectos, o surgimento da formação associativa das famílias assentadas. Na fase inicial, o trabalho do produtor foi sempre isolado, voltado para a formação do seu lote, contando para isso apenas com o apoio da própria família. Sobre este contexto, Monteiro (1990) faz a seguinte análise:

“ A razão pela qual as tentativas de organização dos camponeses para os camponeses, ter características de fragilidade e/ou transitoriedade, deve-se que as condições de existência dos mesmos estar estreitamente vinculada “a propriedade privada dos meios de produção. A parcela camponesa, o lote familiar como se diz nos projetos de colonização da Fronteira Oeste, é o elemento totalizador de sua existência. Os desafios do desbravamento, da ocupação, do enfrentamento do meio hostil para criar as condições de reprodução familiar, desafios que ocorrem de forma individual, utilizando quase exclusivamente do pequeno produtor. Num ambiente de baixa socialização em que os contatos são limitados alguma festa de vizinhança, as poucas visitas de parentes, as difíceis e caras idas aos povoados mais próximos para buscar insumos, remédio etc...as visitas do transportista atravessador, que muitas

vezes explora no crédito informal e no ato da compra dos produtos, as atividades religiosas e em muitos caso em seitas que reforçam uma visão conformista do mundo. Este ambiente é um ambiente social de isolamento, onde o camponês sobrevive e se reproduz contando apenas consigo mesmo, isto é individualmente”.

A miscigenação étnica e cultural, e a distância de uma propriedade para outra criaram uma dificuldade natural para a aproximação das famílias e o estreitamento de suas relações sociais. Porém com o passar dos anos, começam a perceber que muitos dos problemas vividos por cada família eram comuns à todos e que não teriam como resolvê-los sozinhos. Precisavam se unir para buscar junto às autoridades a solução para a falta de estradas, escola, insumos mais baratos, melhoria de preços para seus produtos, financiamentos. Porém é importante dizer que apesar de todos estes fatores o processo de organização social nos assentamentos não ocorreu de forma espontânea e sim através de vários atores envolvidos com as questões da área rural no Estado.

Em 1995 de acordo como cadastro da EMATER existiam cerca de 580 associações formais de pequenos produtores rurais. Atualmente este número é superior a 1.000 e estão espalhadas por todos os municípios de Rondônia. Essas associações em sua maioria foram criadas com ajuda dos técnicos da EMATER. Um dos motivos para o surgimento de um número tão elevado de associações está relacionado aos critérios exigidos pelo PLANAFLORO através dos Projetos de Iniciativa Comunitária – PIC’s (programa financiado pelo Banco Mundial em execução desde 1993 e que tem entre seus componentes recursos destinados a comunidades rurais com organizações locais legalizadas), os quais são utilizados na compra de equipamentos. O depoimento de um dos líderes da APA, expressa claramente um dos problemas que ocorrem devido ao elevado número de pequenas associações criadas recentemente: ” *O aumento exagerado ao invés de fortalecer o processo de organização social provoca a diluição dos sócios em várias outras associações criadas pela EMATER nas linhas, gerando com isso pequenas associações querendo copiar resultados. No meu entender, essas divisões nos enfraquecem e atrapalham no desenvolvimento de um bom trabalho.*”

As associações que conseguem expandir são poucas e possuem características diferentes de organização. Foram criadas por iniciativa de seus próprios associados, o que gera maior sentido de união e responsabilidade entre todos. A participação dos sócios é bem mais efetiva e as decisões e atividades são realizadas em conjunto. O Projeto RECA e a APA são exemplos mais significativos desse tipo de associação, que atuam de forma bem mais estruturada, gerando maiores possibilidades de crescimento sócio-econômico para seus integrantes:

A falta de orientação básica sobre associativismo, somado ao alto grau de analfabetismo e a grande diversidade cultural dos produtores são alguns os fatores que prejudicam o desenvolvimento dessas associações, ficando as mesmas estagnadas e que podem muitos casos, contribuir para o desaparecimento das mesmas.

No período em que foram feitas as observações e entrevistas em alguns assentamentos uma das dificuldades colocadas para o desenvolvimento das atividades das associações está relacionado a falta de participação de seus associados. A grande maioria não comparece as reuniões e assembléias deixando toda a responsabilidade nas mãos do presidente. Apenas se interessam pelos assuntos da associação quando isto está relacionado a algum tipo de financiamento.

O que se pode observar em alguns casos é que a forma de gestão das associações é bastante frágil. A grande maioria dos associados desconhece os princípios básicos do associativismo.

As diferenças culturais são marcantes em virtude do processo migratório, o que dificulta, de certa forma o processo de interação entre os membros das associações, além divergências de ordem pessoal. As questões discutidas estão sempre voltadas para conseguir algum tipo de financiamento. Não existem grandes interesses em discutir problemas ligados a educação, saúde, lazer etc tendo em vista que o foco principal são as questões ligadas a questão produtiva.

No Assentamento a estrutura para armazenagem dos produtores é precária e feita de forma individual em tulhas e paiol. Um hábito muito comum entre os produtores é o de armazenar os produtos dentro de casa o que contribui para a proliferação de insetos e roedores em alguns casos acarretando riscos para a saúde.

De acordo com técnicos e produtores existem vários entraves com relação à liberação de crédito para custeio que chega sempre atrasado até o produtor. Além disto

muitos dos itens que são colocados no projeto de comum acordo entre técnicos e produtores são cortados pela Comissão do PROCERA sem que sejam dadas explicações ao produtor.

Associação dos Produtores Alternativos - APA

Associação dos Produtores Alternativos- APA está localizada no Município de Ouro Preto. A história de Ouro Preto do Oeste está profundamente relacionada ao processo de colonização do Estado de Rondônia, tendo em vista que foi o local escolhido para a implantação do primeiro projeto de colonização em Rondônia.

Para a instalação do primeiro Projeto Integrado de Colonização foi escolhido um local as margens do Igarapé Ouro Preto, na BR 364 a 40 quilômetros de Município de Ji-Paraná pelas características do solo que demonstrava ser bastante fértil. A área utilizada para implantação do PIC pertencia ao seringalista Vicente Sabará, dono do seringal Ouro Preto. Estas terras foram desapropriadas pelo Decreto lei nº 63.104 de 15/08/68, sendo posteriormente consideradas necessárias para a segurança e desenvolvimento nacional. O projeto teve sua implantação efetivada em janeiro de 1971 em uma área aproximada de 450.000 ha . Com a implantação do Projeto houve um aumento muito rápido da ocupação humana principalmente as margens da BR e depois ao longo das extensas vicinais abertas pelo INCRA em conjunto com as Secretarias de Obra e da Agricultura do então Território de Rondônia. O objetivo inicial do PIC era o de absorver cerca de 300 famílias de migrantes, entretanto com o aumento do fluxo migratório recebeu até agosto de 1979 cerca de 5.500 famílias excluindo os moradores agregados que auxiliavam nos trabalhos de estruturação dos lotes já regularizados na esperança de obter o seu próprio lote o mais rápido possível.

O núcleo urbano cresceu em ritmo acelerado, transformando-se em distrito do município de Ji-Paraná, em 16 de junho de 1981 foi elevado a categoria de Município através da Lei nº 6.921 assinado pelo Presidente João Batista de Figueiredo.

O nome Ouro Preto se deve ao fato da identificação feita pelos técnicos do IBRA de um tipo de solo roxo escuro tendo sido denominado por estes de Ouro Preto

modal. O acréscimo “do oeste” foi acrescentado pra diferenciá-lo do município de Ouro Preto de Minas Gerais.

O Município de Ouro Preto está situado na região Norte, entre os Municípios de Ji-Paraná e Jarú, na Meso região Leste ao centro do Estado de Rondônia possuindo uma área de 3.338 Km² e distante 333 km da Capital Porto Velho. A altitude média do município é de 240 metros. O clima é do tipo tropical úmido, com a temperatura mínima de 32C°, máxima de 13,6C° e mínima de 22,8C°. A pluviometria anual chega a 2.00mm, com período de chuva de outubro a abril de seca de maio a setembro.

No Município de Ouro Preto do Oeste segundo estudos realizados pela Embrapa/RO, predominam na formação do solo os tipos podzólico vermelho amarelo eutrófico, de textura argilosa, associados a podzólico vermelho amarelo distrófico e terra roxa estruturada eutrófica, em relevo plano com suaves ondulações.

Com relação a preservação ambiental o município dispõe de três áreas reservadas para implantação de parques e reservas ecológicas para fins de preservação e realização de atividades recreativas, científicas e culturais.

Devido ao processo de colonização acelerado ao qual foi submetido todo o Estado de Rondônia, ocorreu em Ouro Preto do Oeste um processo de depredação de seus recursos naturais. Em 1995, o município possuía 120.730,45 hectares de sua área de vegetação nativa desmatada o que corresponde a 54 77% de sua área geográfica total. (SEDAM/SEPLAN/PNUD-1995).

Aspectos Demográficos

A formação da população de Ouro Preto do Oeste está relacionada ao grande número de migrantes oriundos dos estados do Paraná, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo e São Paulo que vieram em sua maioria atraídos pela possibilidade de conseguirem lotes nos projetos fundiários implantados pelo IBRA, (atual INCRA) em 1970. Segundo dados do NURE/SEPLAN na década de 80 chegaram ao Município em torno de 55.144 imigrantes, concentrado-se 5.5% de toda migração ocorrida no Estado. De acordo com o censo demográfico de 1980 o município contava com 43.379 habitantes, dos

quais 88,9% instalados na zona rural. A partir da década de 90 ocorreu um processo de redução da população que segundo alguns pesquisadores deve-se ao fato da diminuição de grandes extensões de seu território os quais foram utilizados para a formação dos Municípios e Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra, Nova União e Teixerópolis. Atualmente, o Município possui uma área de apenas 3.238 Km² e conta com uma população de 40.508 habitantes(FIBGE julho/98).

A economia do Município tem como base a agricultura e pecuária estando localizado na área central da bacia leiteira do Estado com um plantel de 316.175 cabeças de gado em 1997.

Ouro Preto possui solos considerados de média e alta fertilidade o que lhe permite uma boa produção agrícola no Estado. Tendo destaque para as culturas de arroz, milho, mandioca, banana, café e feijão.

Apesar de não existirem agroindústrias o município concentra grande número de beneficiadoras de cereais, além de indústrias de produtos derivados do leite tal como a PARMALAT que produz leite pasteurizado e abastece o mercado estadual e regional.

A Associação dos Produtores Alternativos - APA- foi criada em setembro de 1993. Esta associação se originou de um projeto realizado em parceria entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Ouro Preto e o Instituto Para o Homem, Agricultura e Ecologia - IPHAE - que tinha como objetivo incentivar novas alternativas econômicas em pequenas propriedades rurais, daquela área.

Os recursos para a implantação dos primeiros projetos foram oriundos de uma organização holandesa, a qual financiou um pequeno projeto na área de apicultura e na formação de um fundo rotativo para a produção do mel o qual se constituía em auxílio fornecido a um apicultor local que construiu e distribuiu colméias a 35 pequenos produtores rurais, ao mesmo tempo em que os ensinava as técnicas de criação de abelha. Uma parte do mel produzido era vendido pelo STR e o dinheiro obtido era reinvestido em um fundo rotativo de incentivo à apicultura.

O perfil das famílias que hoje integram a APA é igual a de muitas outras existentes em áreas de assentamento em Rondônia. Grande parte é oriunda da região Sul e

Sudeste, com experiência em agricultura tradicional, ostentando nível econômico e educacional baixo.

Trajetória

A partir de 1993, com o crescimento das atividades de apicultura e de outros projetos ligados a agricultura consorciada, bem como da expansão de sua área de atuação, é criada oficialmente a Associação dos Produtores Alternativos-APA com sede em Ouro Preto mas com atuação em áreas adjacentes como Nova União, Mirante da Serra, Urupá e Vale do Paraíso. Atualmente, existem 100 famílias de pequenos produtores rurais que estão sendo beneficiadas através do trabalho realizado pela APA. Para se tornar sócio da APA é necessário ser pequeno produtor rural, ter no máximo dois módulos rurais o quê dá em média 200 ha e desenvolver atividades com ênfase a preservação do local em que vive.

Atualmente, os projetos que estão sendo desenvolvidos pela APA são os seguintes:

- Projeto financiado pelo PDA, no início deste ano o qual visa ampliar e melhorar a qualidade dos consórcios implantados;
- Beneficiamento caseiro e aproveitamento de produtos e subprodutos da propriedade, fabricação de doces, pepino e palmito em conserva, seguindo princípios básicos para que seja feito à nível de industrialização caseira;
- Máquinas de costura para que seja feitos macacões para apicultura. Atualmente existem 15 mulheres envolvidas com esta atividade;
- Marcenaria onde são construídas as caixas de madeira para os apiários;
- Incentivo a criação de minhocas para adubação de hortas biofertilizantes;
- Cursos de enxertia, adubação e irrigação.

As atividades econômicas e de subsistência que são realizadas seguindo planejamentos e projetos realizados em conjunto ocupam uma área que varia de 02 a 07 ha

em cada propriedade e seguem basicamente o seguinte sistema: consórcio formado por frutíferas da região, palmeiras e essências florestais, apicultura, piscicultura, minhocultura e criação de aves (marrecos, patos e galinha). A lógica dos produtores obedece a idéias práticas: realizar atividades diversificadas, o que lhes garante diferentes fontes de renda, bem como atividades que possam estar relacionadas como Por exemplo: a extração da pupunha para alimentar os peixes, outras plantas frutíferas fornecem o pólen para as abelhas, as minhocas servem para fertilizar o solo, além de alimentar os peixes (tambaqui, curimatã, carpa).

Entre os vários tipos de equipamentos que compõe a infra-estrutura da APA estão computadores, vídeos, televisões, balanças, painéis, tachos, despulpadora e alguns equipamentos para medir a qualidade dos produtos beneficiados. Os veículos disponíveis são 01 motocicleta, 02 toyotas e 01 caminhão.

A APA possui sede própria em uma área de 2.500 metros quadrados, onde foi construída uma fábrica para beneficiamento de produtos florestais (mel, palmito e frutas tropicais). A área total é de 1ha e está situada em área periférica de Ouro Preto. O local onde a APA está instalada atualmente, foi cedido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ouro Preto, devido ao aumento de suas atividades, o espaço tornou-se inadequado.

Está sendo realizado pela APA um estudo sócio econômico com objetivo de avaliar, de forma mais específica o grau de desenvolvimento alcançado pelas famílias, ao longo desses anos de trabalho.

Serviço de assistência Técnica

A APA conta com uma equipe de assistência técnica composta por 03 produtores técnicos, 05 técnicos agrícolas, 01 gerente comercial e 01 viveirista.

A metodologia adotada pelos técnicos que prestam assistência aos produtores é realizada de forma teórica e prática. Na parte teórica, são utilizadas fitas de vídeos sobre o assunto que será trabalhado, e também são feitas reuniões nas linhas onde

são discutidas questões e passadas orientações ligadas a proteção ambiental, formação de consórcios, apicultura, beneficiamento e industrialização de produtos.

Os produtores técnicos residem no lote e são estes em conjunto com os outros produtores que identificam os problemas relacionados às culturas.

Os produtores técnicos repassam treinamentos para outros produtores, lideram e fazem acompanhamento das atividades por setor em média 02 a 03 linhas.

Alguns produtores sócios da APA que possuem maior experiência e conhecimento técnico das atividades desenvolvidas aumentam a sua renda ministrando cursos para outras associações através da sistematização de suas experiências bem sucedidas. A APA tem parceria com a escola família agrícola que atua na formação de filhos de agricultores a nível de 1º e 2º graus.

As experiências que foram detectadas na APA sobre a atuação dos agricultores técnicos que são escolhidos pelos companheiros e que recebem treinamento específico para ajudá-los na busca de solução para problemas ligados à produção poderá contribuir com as atividades formais de assistência técnica. Esta observação se deve ao fato do agricultor-técnico ser alguém do próprio grupo e possui maior facilidade para identificar quais são os tipos de problemas mais comuns aos produtores rurais e ajudá-los na busca de solução para os mesmos, além de facilitar a troca de experiências, o que faz com que ocorra um processo de sociabilização mais amplo entre os produtores.

A forma de organização identificada APA possui diversos elementos que indicam a ocorrência de mudanças no processo de organização social e econômico dos pequenos produtores rurais em Rondônia. Estas mudanças se observam na busca de diferentes alternativas políticas e econômicas que viabilizam a solução de problemas que tradicionalmente os agricultores vivenciavam. Os resultados que estão surgindo e que podem ser considerados positivos, estão presentes na diversificação da produção, na preocupação com a qualidade dos produtos, na interferência direta na melhoria de seus produtos através da agregação de valores da produção bem como na procura de novos horizontes para a comercialização. Tais alternativas possuem uma base ecologicamente viável às características regionais e libertam-se (de certa forma) do aguardo das ações governamentais.

Essa Associação desde o início de suas atividades contou não apenas com o apoio financeiro de entidades mais também com o apoio técnico, acompanhamento de suas ações iniciais e preparação de suas lideranças.

CONCLUSÃO

Percebe-se que ao longo de 03 décadas tendo como vetor principal o programa oficial de colonização ocorreram os mais diferentes tipos de relações sociais responsáveis por mudanças significativas no panorama ambiental, econômico, político e cultural da sociedade rondoniense.

A experiência e o conhecimento em relação as atividades econômicas mais adequadas à realidade da Amazônia, acumuladas pelos produtores, trazem maior segurança e clareza sobre procedimentos tanto em termos de exploração das potencialidades, quanto das limitações impostas pelo meio ambiente e pelas condições econômicas locais.

Com relação a novos projetos de assentamento que estão em fase de implantação, a forma de organização espacial adequada poderá contribuir positivamente para o fortalecimento do processo de sociabilização das famílias assentadas. O incentivo a formação de agrovilas, ao contrário do “quadrado burro” apelidado pelos produtores a primeira forma de demarcação dos lotes rurais realizada pelo INCRA e que não levava em consideração fatores como acesso à água, relevo e aptidão agrícola do solo, poderá se uma forma de organização espacial nos assentamentos mais propícia ao convívio social dos produtores, facilitando a comunicação, o lazer e a instalação de infra-estrutura básica .

A educação formal, respeitando a questão cultural e voltada para a realidade do produtor, é fator fundamental e precisa estar incorporada a qualquer projeto que queira realmente melhorar as condições de vida dos produtores rurais. O número de agricultores analfabetos e semi-analfabetos é bastante levado, fator que dificulta a aplicação de metodologias e tecnologias ligadas a produção, comercialização e na organização social e política.

As linhas de financiamento voltadas para agricultura familiar , além de atender uma parcela mínima de produtores estão voltadas em grande parte para o custeio. É necessário estimular linhas de crédito que favoreçam a instalação de agroindústrias, transporte e comercialização. É preciso também facilitar as condições de crédito, exaurir a

burocracia e flexibilizar regras impostas pelo banco as quais impedem que muitos dos pequenos produtores tenham acesso aos recursos.

A evolução e atuação de órgãos como MST, FETAGRO, STR, CONTAG, CPT e demais organizações envolvidas nas questões de políticas públicas sinaliza o fortalecimento da sociedade civil, resgata a cidadania e contribui para a ruptura de velhos paradigmas, responsáveis por modelos de desenvolvimento econômicos e sociais deturpados e que em nada contribuem para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Eliseu. Pobreza Rural no Brasil - Desafios da Extensão e da Pesquisa Brasília, Ministério da Agricultura, CODEVASP, 1998.
- AMARAL, José Januário de Oliveira. Terra Virgem, Terra Prostituta: O processo de Colonização de Rondônia. Dissert., mimeog., FFLCH/USP, São Paulo, 1994.
- ANDRADE, M.C. de, Cidade e Campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- BARP, W. et all, Estudo Sócio Econômico dos projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. Porto Velho, UNIR, (mimeo.), 1988.
- Anuário Estatístico de Rondônia/ 96, EMATER/RO, 1997.
- BECKER, B.K et all, Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília, Ed.Universidade Federal de Brasília, 1990.
- BOSI, A ., Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, C.R. Plantar Colher Comer. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- CALVENTE, A ., Formação Não Capitalista no Movimento de Ocupação da Amazônia.Brásíliá,UNB, (dissertação),1980.
- CEMIN, A . B., Colonização e Natureza: Análise da Relação Social do Homem com a Natureza na Colonização Agrícola em Rondônia. Porto Alegre, UFRGS, (dissertação), 1992.
- CHYANOV, A ., La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

- CONSULTORIA MUNDIAL SOBRE EXTENSÃO RURAL- Relatório Editado pela FAO
, Resumo preparado por Celso Fenoy Bins, EMATER/ RS, 1991.
- DIAS, G.L. da S. & CASTRO, M.C de, A Colonização Oficial no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- DIAS, R. J., Rondônia – Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola. Brasília, UNB, (dissertação), 1980.
- FEARNSIDE, P. M., A ocupação Humana de Rondônia: Impactos, Limites e Planejamento. Manaus, INPA, 1998.
- FERREIRA, M. R. A Ferrovia do Diabo. São Paulo, Melhoramento, 1987.
- DOSSIÊ /96 - Divisão de Projetos de Assentamento- INCRA, RO.
- HEBETTE, J. & ACEVEDO, R., Colonização Para Quem?. Belém, UFPA/NAEA, 1979.
- IANNI, O ., Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. . Petrópolis, Vozes, 1979.
- LEROY, Jean Pierre. Uma Chama Na Amazônia - FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Rio de Janeiro, RJ, 1991.
- MARTINS, J.S., A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. São Paulo. São Paulo, Pioneira, 1973.
- _____ Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu lugar no Processo político. Petrópolis, Vozes, 1983.
- MOURA, M..M. Camponeses, São Paulo, Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A . U ., Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Ática, 1986.
- _____ Amazônia, Expropriação e Conflito. Campinas, Papirus, 1987.
- MONTEIRO, Silvio Tavares. Fronteira Oeste- A capacitação para formação de empresas associativas, Brasília, IATTERMUND, 1990.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES/96 - EMATER/RO.

SOUZA, Francisco O . E. de. Importância e Impactos Sócio-Econômicos do FNO nos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado de Rondônia, 1993, monografia de final de curso de Ciências Econômicas/UNIR, 1994.

ANEXOS

(PIC'S, PAD'S, PAR'S, PA'S)

Nº DE ORD.	PROJETOS	CÓDIGO SIPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO CRIAÇÃO	DATA CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)	PARC. DEMARC.	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS (Ha)	ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS		LOTES RETIF.	ESTÁGIO	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL
									CAPACIDADE	ASSENTAMENTO				
17	PA COCHOEIRA	RO0033000	Espigão do Oeste	Port. 73/90	26.06.90	9.092,6478	302	30,0	275	302		Em Fase de Emancipação	Desapropriação Dec.97.619/06.04.89	Parcela
18	PA EMBURANA	RO0034000	Espigão do Oeste	Port. 72/90	26.06.90	2.825,6953	100	30,0	86	100		Em Fase de Emancipação	Desapropriação Dec.97.643/11.04.89	Parcela
19	PA RIBEIRÃO GRANDE	RO0032000	Pimenta Bueno	Port. 074/90	26.06.90	7.379,6209	172	40,0	238	172		Consolidação	Desapropriação Dec.97.625/10.04.89	Parcela
20	PA NOVA FLORESTA	RO0036000	Gov. Jorge Teixeira e Campo Novo de Rondônia	Port. 91/90	06.08.90	4.378,1103	88	40,0	92	88		Consolidação	Desapropriação Dec.97.438/06.01.89	Parcela
21	PA COLINA VERDE	RO0037000	Gov. Jorge Teixeira	Port. 092/90	06.08.90	25.900,8755	524	50,0	432	524		Em Fase de Emancipação	Desapropriação Dec.97.438/06.01.89	Parcela
22	PA MASSANGANA	RO0038000	Ariquemes e Montenegro	Port. 189/90	17.10.90	29.641,8227	485	60,0	959	485		Consolidação	Acordo Port. 1521/17.11.88	Parcela
23	PA ADRIANA	RO0042000	Corumbiara	Port. 1.164/93	30.12.93	1.938,5477	81	25,0	76	81		Em Fase de Emancipação	Compra e Venda Dec.433/24.01.92	Parcela
24	PAD MAL. DUTRA	RO0008000	Ariquemes, Cacaulândia, Monte Negro, e Rio Crespo	Port. 131/78	06.09.78	501.314,5760	4.667	100,0	4.672	4.667		Emancipado	Despropriação Dec.75.281/23.01.75	Parcela
25	PIC OURO PRETO	RO0006000	Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, nova União, Vale do Paraíso e Ji-Paraná	Port. 281/70	19.06.70	512.585,5760	5.164	100,0	1.000	5.164		Emancipado	Arrecadação Sumária	Parcela
26	PIC PE. ADOLPHO ROHL	RO0007000	Jaru, Gov. Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Paraíso	Port. 1.620/75	20.11.75	407.219,0000	3.686	100,0	3.706	3.686		Emancipado	Arrecadação Sumária	Parcela
27	PIC SIDNEY GIRÃO	RO0009000	Nova Mamoré	Port. 692/71	13.08.71	69.749,5627	686	100,0	600	686		Emancipado	Arrecadação Sumária	Parcela
28	PIC GY PARANÁ	RO0010000	Cacoal, Rolim de Moura, Primavera de Rondônia e Santa Luzia	Port. 1.443/72	16.06.72	486.137,0000	4.756	100,0	4.000	4.756		Emancipado	Arrecadação Sumária	Parcela
29	PIC PAULO DE A. RIBEIRO	RO0011000	Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara e Cabixi	Port. 1.480/73	04.10.73	293.580,0000	3.106	100,0	3.094	3.106		Emancipado	Arrecadação Sumária	Parcela
30	PA URUPÁ	RO0013000	Urupá e Alvorada do Oeste	Resol. 144/81	06.07.81	60.960,5115	1.266	30,0	4.672	1.266		Emancipado Res.	Arrecadação Sumária	Bloco
31	PA MACHADINHO	RO0014000	Machadinho do Oeste e Vale do Anary	Resol. 025/82	15.02.82	212.957,1431	2.934	50,0	5.520	2.934		Emancipado Res.	Arrecadação Sumária	Bloco
32	PA BOM PRINCÍPIO	RO0015000	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	Resol. 150/83	22.08.83	85.754,6035	1.354	60,0	1.435	1.354		Em Fase de Emancipação	Arrecadação Sumária	Parcela
33	PAD BURAREIRO	RO0012000	Ariquemes/Cacaulândia/Rio Crespo	Port. 085/74	21.01.74	314.962,6023	1.556	250/125	1.000	1.556		Emancipado Res.	Desapropriação Dec.75.281/23.01.75	Parcela
34	PA CUJUBIM	RO0016000	Cujubim	Resol. 144/84	03.07.84	42.450,0000	507	50,0	504	507		Emancipado Res.	Arrecadação Sumária	Bloco
35	PA RÁPIDO		Diversos Municípios	Resol. 056 e 202	30.04.80	794.044,0000	1.235	64,0	16.000	12.315		Emancipado	Arrecadação Sumária	Parcela
36	PA RIO ALTO	RO0043000	Buritis e Campo Novo de Rondônia	Port. 221/94	23.03.94	38.000,0000	834	52,0	730	834		Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela
37	PA PIRAJUI	RO0044000	Pimenta Bueno	Port. 044/95	22.09.95	1.505,7868	42	40,0	37	42	42	Em Fase de Emancipação	Desapropriação Dec. 25.11.93	Parcela
38	PA CANAÃ	RO0045000	Pimenta Bueno	Port. 047/95	29.09.95	3.074,8421	83	35,0	81	83		Em Fase de Emancipação	Doação	Parcela
39	PA ELI MOREIRA	RO0046000	Pimenta Bueno	Port. 050/95	18.10.95	2.582,8023	114	15,0	113	114	114	Consolidação	Reintegração de posse	Parcela
40	PA CUJUBIM II	RO0047000	Cujubim	Port. 055/95	11.12.95	2.728,6485	64	40,0	64	64		Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela
41	PA SÃO	RO0048000	Pimenta Bueno	Port. 056/95	11.12.95	2.728,6485	64	40,0	64	64		Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela

Projetos de Assentamento do Incra no Estado de Rondônia (até dezembro de 2001)
(PIC's, PAD'S, PAR'S, PA'S)

42	PA AMÉRICO VENTURA	RO0049000	Cujubim e Itapoã do Oeste	Port. 061/95	26.12.95	2.760,8114	91	23,0	130	91	91	Consolidação	Compra e Venda Dec. 433 de 24/01/92	Parcela
Nº DE ORD.	PROJETOS	CÓDIGO SIPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO CRIAÇÃO	DATA CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)	PARC. DEMARC.	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS (Ha)	ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS		LOTES RETIF.	ESTÁGIO	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL
									CAPACIDADE	ASSENTAMENTO				
44	PA RIO BRANCO	RO0051000	Theobroma	Prot. 062/95	26.12.95	4.725,3193	191	20,0	235	191	191	Consolidação	Compra e Venda Dec. 433 de 24/01/92	Parcela
45	PA SANTA CRUZ	RO0052000	Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis e Monte Negro	Port. 065/95	29.12.95	42.775,6281	803	50,0	601	803		Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela
46	PA SANTA MARIA	RO0053000	Machadinho do Oeste	Port. 066/95	29.12.95	10.693,0744	278	48,0	237	278		Consolidação	Desapropriação Dec. 88.225 de 11/04/83	Parcela
47	PA TABAJARA	RO0054000	Machadinho do Oeste	Port. 068/95	29.12.95	13.942,5775	301	40,0	350	301		Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela
48	PA PEDRA REDONDA	RO0055000	Machadinho do Oeste/Vale do Anary	Port. 067/95	29.12.95	8.460,5048	257	50,0	247	257		Consolidação	Arrecadação Sumária Desapropriação Dec. 88.225 de 11/04/83	Parcela
49	PA GUARAJUS	RO0056000	Corumbiara	Port. 064/95	29.12.95	4.548,7468	125	15,0	104	125	125	Consolidação	Arrecadação Sumária e Desapropriação Dec. 88.225/83	Parcela
50	PA UNIÃO	RO0057000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 59	12.08.96	24.757,0362	554	44,0	287	554	554	Consolidação	Desapropriação dec. S/nº 08/08/94	Parcela
51	PA SANTA CATARINA EXP.	RO0062000	Theobroma	Port. Nº 94	09.10.96	702,5598	27	25,0	25	27		Consolidação	Arrecadação sumária	Parcela
52	PA LAGOA NOVA	RO0059000	Theobroma	Port. Nº 90	09.10.96	2.792,9392	108	26,0	135	108	108	Consolidação	Compra e Venda Dec. 433/92	Parcela
53	PA TABAJARA II	RO0060000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 91	09.10.96	22.473,8163	672	40,0	550	672	672	Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec.	Parcela
54	PA LAJES	RO0058000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 92	09.10.96	62.365,8002	1.322	51,0	1.200	1.291	1.322	Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária e Desaprop. Dec.	Parcela
55	PA SANTA MARIA II	RO0063000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 93	09.10.96	38.400,7054	652	41,0	950	541		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária	Parcela
56	PA ZUMBI	RO0064000	Ouro Preto do Oeste	Port. Nº 100	06.11.96	1.972,8933	80	26,0	80	80		Consolidação	Arrecadação Sumária – Port. 1157/77	Parcela
57	PA PALMARES	RO0061000	Nova União	Port. Nº 124	09.12.96	9.796,3833	318	31,0	313	318	318	Consolidação	Compra e Venda Dec. 433/92	Bloco
58	PA PRIMAVERA	RO0066000	Theobroma	Port. Nº 49	18.09.97	6.023,7263	275	30,0	270	275	275	Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. S/nº 10.10.96	Parcela
59	PA MARGARIDA ALVES	RO0067000	Nova União	Port. Nº 66	28.11.97	11.892,1937	258	30,0	300	258		Em Desenvolvimento	Aquisição Dec. 433/92	Bloco
60	PA 14 DE AGOSTO	RO0069000	Ariquemes	Port. Nº 67	01.12.97	492,0304	23	30,0	19	23	23	Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. S/nº 08.08.94	Parcela
61	PA CHICO MENDES	RO0065000	Presidente Médici	Port. Nº 27	30.05.97	2.167,3587	72	30,0	120	72	75	Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. S/nº 07.10.96	Parcela
62	PA CHICO MENDES II	RO0068000	Presidente Médici	Port. Nº 71	09.12.97	1.995,1952	68	30,0	68	68		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. S/nº 12.08.97	Parcela
63	PA MENEZES FILHO	RO0072000	Buritis e Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 72	10.12.97	32.727,1293	529	50,0	478	529		Consolidação	Arrecadação Sumária Port. 333 de 07.12.82	Parcela
64	PA CONCEIÇÃO	RO0077000	Costa Marques	Port. Nº 60/98	26.06.98	8.850,0000	132	96,0	17	91		Instalação	Arrecadação Sumária Port. 855 de 11.09.78	Parcela
65	PA CHICO MENDES III	RO0080000	Presidente Médici	Port. Nº 53/98	03.07.98	2.978,1150	101	29,0	101	101		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 03.04.98	Parcela

Projetos de Assentamento do INCRA no Estado de Rondônia (até dezembro de 2001)
(PIC's, PAD'S, PAR'S, PA'S)

66	PA CEARA	RO0083000	Parecis	Port. Nº 64/98	06.07.98	4.050,7635	143	28,0	141	143	143	Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 24.11.93	Parcela
67	PA MANOEL S. CARDOSO	RO0073000	Primavera de Rondônia	Port. Nº 28/98	18.05.98	993,0000	25	26,0	38	25		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 17.12.97	Bloco
68	PA MARIA JOSÉ RQUE	RO0070000	Ariquemes	Port. Nº 12/98	06.04.98	3.511,2393	119	31,0	110	119		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 18.12.97	bloco
Nº DE ORD.	PROJETOS	CÓDIGO SIPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO CRIAÇÃO	DATA CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)	PARC. DEMARC.	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS (Ha)	ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS		LOTES RETIF.	ESTÁGIO	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL
									CAPACIDADE	ASSENTAMENTO				
69	PA JOSÉ CARLOS	RO0076000	Vale de Anari	Port. Nº 22/98	05.05.98	1.700,0000	51	32,0	46	51	51	Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 18.09.96	Parcela
70	PA PALMA ARRUDA	RO0075000	Vale de Anari	Port. Nº 21/98	05.05.98	21.575,4664	415	42,0	507	415		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 18.09.96	Bloco
71	PA OZ EL DOS CARAJAS	RO0074000	Nova Brasilândia do Oeste	Port. Nº 20/98	05.05.98	1.877,6855	41	33,0	56	41		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 17.12.97	Bloco
72	PA PROSOLINA	RO0071000	Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 02/98	04.02.98	1.378,9323	66	21,0	60	66	66	Consolidação	Desapropriação dec. 09.06.97	Parcela
73	PA JOSÉODON	RO0094000	Ariquemes	Port. Nº 67/98	27.07.98	10.184,1983	193	52,0	193	193		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 75.281 de 23.01.75 Acordo Port. 329 de 22.03.88	Parcela
74	PA ZENON	RO0095000	Monte Negro	Port. Nº 68/98	27.07.98	11.749,7739	195	53,0	195	195		Em Desenvolvimento	Desapropriação dec. 75.281 de 23.01.75 Acordo Port. 329 de 22.03.88	Parcela
75	PA RIO MADEIRA	RO0099000	Porto Velho	Port. Nº 97/98	28.09.98	9.600,0000	200	48,0	200	177		Instalação	Arrecadação Sumária	Parcela
76	PA ALIANÇA	RO0100000	Porto Velho e Candeias do Jamari	Port. Nº 98/98	28.09.98	22.185,7371	390	35,0	500	390		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária	Parcela
77	PA FILADÉLFIA	RO0096000	Alta Floresta do Oeste	Port. Nº 99/98	30.09.98	2.599,4487	78	40,0	70	78		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária	Parcela
78	PA SANTA VITORIA	RO0097000	Alto Alegre dos Parecis	Port. Nº 101/98	30.09.98	478,7816	21	22,0	21	21		Consolidação	Arrecadação Sumária	Parcela
79	PA AGUINEL DIVINO	RO0098000	Alta Floresta do Oeste	Port. Nº 100/98	30.09.98	5.000,0000	220	22,0	220	220		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária	Parcela
80	PA CACHOEIRA DE SAMUEL	RO0101000	Candeias do Jamari	Port. Nº 104/98	02.12.98	2.000,0000	69	30,0	86	69		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária	Parcela
81	PA ANTONIO P. NERY	RO0103000	Vale do Paraíso	Port. Nº 105/98	02.12.98	2.227,1382	69	30,0	70	69		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária	Parcela
82	PA CEDRO JEQUITIBÁ	RO0102000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 110/98	23.12.98	6.110,0000	196	30,0	200	196		Em Desenvolvimento	Desapropriação Dec. de 15.07.98	Parcela
83	PA AMIGOS DO CAMPO	RO0104000	Machadinho do Oeste	Port. Nº 04/99	18.01.99	7.332,0000	146	40,0	200	146		Em Desenvolvimento	Desapropriação Dec. s/nº de 23.09.98	Parcela
84	PA RONCAUTO	RO0106000	Corumbiaria	Port. Nº 36/99	21.07.99	1.499,6149	42	30,0	42	42		Instalação	Desapropriação Dec. s/n de 20.12.93	Parcela
85	PA ASA DO AVIÃO	RO0107000	Machadinho do Oeste e Vale do Anari	Port. Nº 038/99	28.07.99	2.568,0226	87	23,0	110	87		Instalação	Desapropriação Dec. nº 88.225 de 11.04.83	Parcela
86	PCA FORMIGUINHA	RO0105000	Pimenta Bueno	Port. Nº 037/99	27.07.99	300,0000	71	4,0	75	71		Em Desenvolvimento	Regularização p/ INCRA em nome da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno	Parcela
87	PA AGOSTINHO BECKER	RO0079000	Cujubim	Port. Nº 039/99	17.08.99	15.360,6920	350	50,0	350	191		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária Port. Nº 08 de 17.01.83	Parcela
88	PA RENASCER	RO0078000	Cujubim	Port. Nº 40/99	17.08.99	12.841,8371	290	50,0	290	147		Em Desenvolvimento	Arrecadação Sumária Port. Nº 08 de 17.01.83	Parcela

Projetos de Assentamento do Incra no Estado de Rondônia (até dezembro de 2001)
(PIC's, PAD'S, PAR'S, PA'S)

89	PA PEDRA DO ABISMO	RO0081000	Buritis/Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 43/99	20.09.99	11.516,0000	317	45,0	256	212		Instalação	Desapropriação Dec. s/nº 22.07.94	Parcela
90	PA SÃO DOMINGOS	RO0086000	Buritis/Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 44/99	02.09.99	22.500,0000	394	56,0	394	317		Instalação	Arrecadação Sumária Port. Nº 333 de 07.12.82	Parcela
91	PA RIO CONSUELO	RO0108000	Alta Floresta do Oeste	Port. Nº 42/99	02.09.99	4.000,0000	80	50,0	80	80		Instalação	Arrecadação Sumária Port. Nº 261 de 28.07.83	Parcela
Nº DE ORD.	PROJETOS	CÓDIGO SIPRA	LOCALIZAÇÃO	ATO CRIAÇÃO	DATA CRIAÇÃO	ÁREA (Ha)	PARC. DEMARC	ÁREA MÉDIA DAS PARCELAS (Ha)	ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS		LOTES RETIF.	ESTÁGIO	FORMA DE AQUISIÇÃO DA ÁREA	RESERVA LEGAL
									CAPACIDADE	ASSENTAMENTO				
92	PA SANTA HELENA	RO0109000	Buritis/Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 47/99	16.09.99	12.400,0000	250	49,0	250	233		Instalação	Arrecadação Sumária Port. Nº 015 de 08.04.99	Parcela
93	PA SÃO PEDRO	RO0087000	Buritis/Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 51/99	19.10.99	9.600,0000	175	54,0	175	159		Instalação	Desapropriação Dec. s/nº 22.07.94	Parcela
94	PA LAGOA AZUL	RO0082000	Buritis/Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 52/99	19.10.99	12.600,0000	185	68,0	185	114		instalação	Desapropriação Dec. s/nº 22.07.94	Parcela
95	PA REVIVER	RO0088000	Buritis/Campo Novo de Rondônia	Port. Nº 57/99	19.11.99	9.000,0000	185	48,0	185	132		instalação	Desapropriação Dec. s/nº 22.07.94	Parcela
96	PA MARIA MENDES	RO0110000	Rio Crespo/Machadinho do Oeste	Port. Nº 27/00	17.04.00	1.754,1251		29,0	60	60		instalação	Desapropriação Dec. s/nº de 13.05.99	Parcela
97	PA NELSON ALVES	RO0111000	Novo Horizonte do Oeste/ Nova Brasilândia do Oeste	Port. Nº 65/00	25.05.00	1.016,9745		22,0	45	45		Implantação	Desapropriação Dec. s/nº de 25.10.99	Parcela
98	PA JOANA D'ARC I	RO0113000	Porto Velho	Port. Nº 071/00	09.06.00	20.400,0000		49,0	430	430		Implantação	Arrecadação Sumária Port. Nº 161 de 30.07.81	
99	PA JOANA D'ARC II	RO0114000	Porto Velho	Port. Nº 072/00	09.06.00	27.920,6606		49,0	552	552		Implantação	Arrecadação Sumária Port. Nº 161 de 30.07.81	
100	PA JOANA D'ARC III	RO0115000	Porto Velho	Port. Nº 070/00	09.06.00	19.387,3876		50,0	388	388		Implantação	Arrecadação Sumária Port. Nº 161 de 30.07.81	
101	PA JANDAIRA	RO0112000	Ariquemes	Port. Nº 089/00	31.07.00	1.005,0574			21	21		Implantação	Arrecadação Sumária	Parcela
102	PA IVO INACIO	RO0119000	Nova Mamoré	Port. Nº 090/00	31.07.00	12.500,0000		88,0	142	142		Implantação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88	Parcela
103	PA FLORIANO MAGNO	RO0117000	Nova Mamoré	Port. Nº 091/00	31.07.00	15.500,0000		92,0	167	167		Implantação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.82/Arrecadação Sumária Port. 101 de 10.05.88	Parcela
104	PA FRANCISCO JOÃO	RO0116000	Nova Mamoré	Port. Nº 092/00	31.07.00	14.300,0000		80,0	177	177		Implantação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88/Arrecadação Sumária Port. 101 de 10.05.82	Parcela
105	PA ESMOSINA PINHO (*)	RO0118000	Nova Mamoré			12.100,0000		55,0	214	214		Implantação	Desapropriação Dec. 95.907 de 08.04.88/Arrecadação Sumária Port. 101 de 10.05.82	Parcela
	TOTAL GERAL					4.929.653,8691	54.032		69051	64369				

OBS: Projetos a Demarcar